

Universidade Federal do Pampa

Trabalho Final de Graduação

**A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL
FRENTE À VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O
ADOLESCENTE**

Acadêmica: Graciele Melo Dorneles

Orientadora: Prof^{fa}. Dr^a. Elisângela Maia Pessôa

SÃO BORJA/RS

2013

GRACIELE MELO DORNELES

**A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE À VIOLÊNCIA
CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE**

Trabalho Final de Graduação apresentado no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Elisângela Maia Pessôa

**São Borja
2013**

GRACIELE MELO DORNELES

**A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE À VIOLÊNCIA
CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE**

Trabalho Final de Graduação apresentado no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas

Trabalho de Final de Graduação defendido e aprovado em: 14/05/2013.
Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Elisângela Maia Pessôa
Orientadora
(Serviço Social/Graduação) – UNIPAMPA

Prof^a. Me. Jaina Raqueli Pedersen
(Serviço Social/Graduação) – UNIPAMPA

Prof^a. Me. Juliana Lima Moreira Rhoden
(Ciência Política/Graduação) - UNIPAMPA

Dedico este trabalho à minha mãe Maria Cleonice, meu pai Antonio Sergio, e meu irmão Ezequiel, que foram a minha inspiração e motivação para vencer os obstáculos e conquistar esta vitória.

AGRADECIMENTO

Primeiramente agradeço a minha família meu pai Antonio Sergio, minha mãe Maria Cleonice e meu irmão Ezequiel, que são a luz do meu caminho, fonte de amor e dedicação. Agradeço pelo empenho e incentivo de vocês para eu persistir nessa caminhada e realizar esse sonho.

Agradeço a todos os colegas que compartilharam esse processo de formação profissional. Pelo incentivo nos momentos difíceis, pelas conversas e discussões sobre as nossas inquietações, pela amizade e companheirismo. Todos tiveram participação nesse processo pelo simples fato de estarmos juntos nessa caminhada.

Agradeço a todos os professores que contribuíram para minha formação e qualificação profissional. Que com seus ensinamentos e experiências transmitiram a concepção do que é ser Assistente Social e qual a importância do nosso trabalho.

Agradeço ao Centro de Formação Tereza Verzeri pelo espaço de estágio período em que pude conviver com os usuários e outros profissionais apreendendo o processo de trabalho do assistente social neste espaço, suas dificuldades e possibilidades de atuação. Processo este de ensino aprendizagem que despertou inquietações e a formação da identidade profissional.

Agradeço as assistentes sociais do Centro de Formação Tereza Verzeri, por vivenciarem comigo o processo de estágio supervisionado. Pelos momentos de discussões, pelas orientações e contribuições, por este processo de ensino aprendido.

Agradeço aos educandos da turma Bem-ti-vi do ano de 2012, pelo acolhimento e pelo carinho que me receberam. Crianças que me ensinaram a lidar com as dificuldades e que me fizeram superar os limites pessoais e profissionais. A estas crianças meu muito obrigado.

Agradeço a Prof^a: Jaina Raqueli Pedersen, minha supervisora acadêmica que contribuiu com seus ensinamentos no processo de estágio e no Projeto de Intervenção. Obrigada por suas orientações, por me instigar a buscar mais

conhecimento. Por me incentivar a superar os limites e as dificuldades encontradas durante o estágio.

Agradeço a Profª Elisângela Maia Pessôa, minha orientadora de TFG que esteve comigo na construção deste Trabalho Final de Graduação. Por suas orientações e sugestões para a construção do trabalho. Profª Elisângela que é um exemplo de dedicação e comprometimento, pois sempre esteve presente na construção do trabalho, a ela meu sincero agradecimento.

“[...] temos uma riqueza de prática, uma riqueza de vida que poucas profissões têm, temos uma atividade que se constrói na trama do cotidiano, que se constrói nas tramas do real” (MARTINELLI,1999, p.13).

RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa documental, realizada nos documentos elaborados durante o período de estágio. A análise documental aborda a intervenção do assistente social frente à violência contra a criança e o adolescente, ressaltando a experiência de estágio no Centro de Formação Tereza Verzeri no município de São Borja/RS, em que foi realizado um projeto de intervenção com crianças para discutir este assunto. Este trabalho tem como objetivo analisar como se constituiu o processo de estágio em Serviço Social com a turma Bem-ti-vi na instituição Centro de Formação Tereza Verzeri, em relação ao tema da violência para dar visibilidade à intervenção do assistente social diante dessa temática. Justifica-se pela importância de sua discussão possibilitando a intervenção do profissional para seu enfrentamento e prevenção, também pela oportunidade de contribuir para que as crianças cresçam com a concepção de que a violência é uma violação de direitos, contribuindo para a formação de uma nova cultura. Para a análise dessa pesquisa documental, foi utilizado o método dialético crítico e suas categorias, desvelando e interpretando a realidade, além do estudo qualitativo e da análise de conteúdo. Por fim, como resultado desse processo de intervenção junto à turma Bem-ti-vi em relação à violência, identificou-se que as crianças tiveram uma mudança de comportamento durante a execução do projeto, e que este colaborou para a harmonia das relações entre as crianças. Por meio desse trabalho também identificou-se quais foram as conquistas e os limites encontrados, instigando a busca pela superação das dificuldades e o aperfeiçoamento profissional.

Palavras-chave: Violência. Questão Social. Processo de trabalho

ABSTRACT

El presente trabajo trata de una pesquisa documental, realizada en los documentos elaborados durante el período de pasantía. El análisis documental aborda la intervención del asistente social frente a la violencia contra el niño y el adolescente, resaltando la experiencia de la pasantía en el Centro de Formação Tereza Verzeri el municipio de São Borja/RS, en el cual fue realizado un proyecto de intervención con niños para discutir este asunto. Este trabajo tiene como objetivo analizar como se constituyó el proceso de pasantía en Servicio Social con el grupo Bem-ti-vi en la Institución Centro de Formação Tereza Verzeri, en relación al tema de la violencia para dar visibilidad a la intervención del asistente social frente a esta temática. Se justifica la importancia de su discusión posibilitando la intervención del profesional para su enfrentamiento y prevención, también por la oportunidad de contribuir para que los niños crezcan con el concepto de que la violencia es una violación de derechos, contribuyendo para la formación de una nueva cultura. Para el análisis de esta pesquisa documental, fue utilizado el método dialéctico crítico y sus categorías, revelando e interpretando la realidad, más allá del estudio cualitativo y del análisis del contenido. Por fin, como resultado de este proceso de intervención junto al grupo Bem-ti-vi en relación a la violencia, se identificó que los niños tuvieron un cambio de comportamiento durante la ejecución del proyecto, y que este colaboró para la armonía de las relaciones entre los niños. Por medio de este trabajo también se identificó cuales fueron los logros y los límites encontrados, instigando la búsqueda para la superación de las dificultades y el perfeccionamiento profesional.

Palabras-clave: Violencia. Cuestión Social. Proceso de trabajo.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Sistematização de Atendimento.....	53
---	----

LISTA DE SIGLAS

CFTV – Centro de Formação Tereza Verzeri

CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e o do Adolescente

Loas- Lei Orgânica de Assistência Social

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

UNIPAMPA - Unipampa

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. PROCESSO METODOLÓGICO DO ESTUDO	15
2.1 O método dialético crítico e suas categorias	16
2.2 Tipo de estudo e coleta de dados	20
2.3. Análise dos Dados	22
3. A VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE	25
3.1 A violência e a questão social	25
3.2 A violência no mundo das crianças e dos adolescentes	29
4. O PROCESSO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL JUNTO À TURMA BEM-TI-VI.....	34
4.1 O Centro de Formação Tereza Verzeri enquanto espaço sócioocupacional	34
4.2 Os instrumentos técnico operativos utilizados pelo assistente social no projeto de intervenção	38
4.3 Limites e possibilidades na atuação contra violência de crianças e adolescentes no projeto de intervenção com a turma Bem-ti-vi.....	44
4.4 Avaliando o processo de intervenção do assistente social frente à violência entre Crianças e adolescentes.....	54
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS.....	62

1. INTRODUÇÃO

Este Trabalho Final de Graduação em Serviço Social aborda a violência contra a criança e o adolescente, sua relação com a questão social e o processo de trabalho do assistente social. Esta temática foi escolhida, pois durante o Estágio Supervisionado em Serviço Social identificou-se que as crianças utilizavam a violência para resolver seus conflitos, a partir disso surgiu o interesse de problematizá-la por meio de um projeto de intervenção, que será relatado neste trabalho. Assim, esta pesquisa documental tem como objetivo evidenciar como se constituiu o processo de estágio no Centro de Formação Tereza Verzeri (CFTV) com a turma Bem-ti-vi, em relação à violência.

O primeiro capítulo trata da metodologia da pesquisa documental, o método dialético crítico utilizado para desvelar a realidade e suas categorias a historicidade, a totalidade, a contradição e a mediação. O tipo de estudo, sendo esta de tipo documental qualitativa para interpretar as histórias e opiniões dos sujeitos. Os dados foram obtidos por meio da análise dos documentos de estágio.

No segundo capítulo, será problematizada a violência contra a criança e o adolescente. Retrata-se os conceitos de violência sua relação com a questão social, a violência estrutural, e os tipos de violência que interferem no desenvolvimento físico e psicológico dos envolvidos. Entende-se que a violência é uma construção histórica que permanece até os dias de hoje, também se expressando pela falta de acesso e a falta de condições de vida digna. E também pelo consumismo que acarreta a exclusão e a discriminação com aqueles que não possuem condições para seguir os padrões exigidos pela sociedade.

E por fim, o último capítulo trará o resultado do processo de intervenção do assistente social frente à violência contra a criança e o adolescente. Para isso será contextualizada a instituição onde foi realizado o Estágio Supervisionado em Serviço Social. Apresenta-se a intervenção do assistente social, os instrumentos técnico-operativos utilizados, além dos limites e possibilidades encontrados durante esse processo e também uma avaliação sobre a intervenção ressaltando o produto do trabalho desenvolvido com a turma Bem-ti-vi.

Esta discussão poderá contribuir com as intervenções que serão realizadas com crianças, pois retrata os instrumentos utilizados e as dificuldades encontradas.

E também possibilitará a visibilidade da discussão sobre a violência, para assim, intervir e contribuir para sua prevenção e também para a construção de uma nova cultura. Também será importante, pois ressalta o processo de trabalho do assistente social frente à violência, para identificar como esse profissional poderá intervir nas situações de violência.

2. PROCESSO METODOLÓGICO DO ESTUDO

O presente Trabalho de Final de Graduação utilizou a pesquisa documental, por meio dos documentos elaborados no Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II. Realizado na instituição Centro de Formação Tereza Verzeri em São Borja - RS. Neste capítulo aborda-se a metodologia utilizada para o desenvolvimento do estudo.

Minayo (2007, p.14) “entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. A metodologia pode ser definida pelo “como fazer”, no qual são especificadas: a abordagem teórica utilizada, os instrumentos, a articulação com a realidade e o assunto a ser trabalhado. Dispõe de um conjunto de técnicas, da criatividade e da sensibilidade do pesquisador, para identificar se há necessidade de mudanças durante o processo do estudo, por isso, deve-se ser clara e coerente para não haver distorções.

Sendo assim, este trabalho teve como problema de estudo: Como se constituiu o processo de estágio supervisionado em Serviço Social com a turma Bem-ti-vi, em relação ao tema da violência? Delineou-se como objetivo geral: Analisar como se constituiu o processo de estágio em Serviço Social com a turma Bem-ti-vi na instituição Centro de Formação Tereza Verzeri em relação ao tema da violência para dar visibilidade à intervenção do assistente social diante desta temática. Tem ainda como pressuposto relatar a experiência de estágio, para possibilitar apreensão teórica, indicar o instrumental técnico operativo e avaliar o projeto de intervenção.

Ainda, delimitaram-se como objetivos específicos: relatar a experiência do Estágio em Serviço Social para possibilitar apreensão teórica sobre o tema violência contra a criança e o adolescente; indicar o instrumental técnico operativo utilizado pelo Serviço Social durante o estágio para verificar possibilidades de aprimoramento e qualificação da intervenção do assistente social; avaliar o projeto de intervenção desenvolvido junto à turma Bem-ti-vi para identificar quais foram as dificuldades e as conquistas encontradas durante a realização do projeto.

As questões norteadoras contribuem na elaboração do trabalho, pois servem como uma direção a ser seguida. Como questões norteadoras utilizaram-se as seguintes perguntas: Como ocorreu o processo de estágio no Centro de Formação Tereza Verzeri? Que questões teóricas permeiam o tema violência contra criança?

Qual instrumental do Serviço Social foi utilizado para execução do estágio? Qual foi o objetivo do projeto de intervenção? Qual a importância deste projeto para a instituição e para as crianças? Como o projeto de intervenção contribuiu para a diminuição da violência na turma Bem-ti-vi? Quais foram os resultados e a avaliação do projeto de intervenção? Como o trabalho do assistente social pode contribuir para a prevenção e o enfrentamento da violência?

Desta forma, este trabalho tem como propósito responder a essas questões ao longo de toda exposição, contribuindo para apreensão deste tema, que é a violência contra a criança e o adolescente. Para assim, buscar formas de enfrentar e prevenir a sua ocorrência, proporcionando as crianças e adolescentes uma vida com dignidade.

Enfim, este capítulo destaca a metodologia utilizada para melhor apreensão teórica. Para isso aborda-se o método dialético crítico e as categorias escolhidas para esse estudo, à pesquisa qualitativa com ênfase na pesquisa documental assim como a opção pela análise de conteúdo.

2.1 O método dialético crítico e suas categorias

Para compreensão da realidade em sua totalidade utilizou-se o método dialético crítico que tem como pressuposto decifrar e compreender a realidade considerando o todo da vida do sujeito. Assim, o método dialético crítico tem como base para a interpretação as categorias que a compõem que são: a historicidade, a totalidade, a contradição e, neste trabalho, também insere-se a mediação. Sendo assim, a dialética fornece as “bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, [...] os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais, etc” (GIL, 2007, p.32).

Este método tem como base abordar a realidade, para entender como ocorrem às transformações nas vidas das pessoas, e como elas as enfrentam. Entendendo, ainda a história como um processo histórico, que passa por constantes mudanças, sendo possível a construção e a reconstrução, afinal a realidade é dinâmica. Também compreende que há ligações entre os fatos econômicos, sociais, políticos, interferindo direta ou indiretamente na vida dos sujeitos.

A seguir abordam-se as categorias do método dialético crítico que auxiliam na compreensão dos fatos sociais. A categoria da historicidade compreende a especificidade de cada sujeito, as mudanças, o meio onde vive o seu passado e o presente. Destaca-se:

A história é história apenas enquanto abrange, juntamente com a historicização segundo o condicionamento, também a historicidade do real: porque ela abrange tanto a historicidade condicionada que passa e não retorna, quanto à historicidade funcionante, a criação daquilo que não passa daquilo que se cria e se produz (KOSIK, 1976, p. 145).

Desta forma, a historicidade é a singularidade de cada pessoa, seus problemas, sua condição social, econômica e política. A vida humana passa por constantes mudanças se constrói e reconstrói no dia a dia com a particularidade de cada um, representando assim a historicidade, ou seja, o conjunto do contexto histórico que tem rebatimento direto no cotidiano dos sujeitos.

Para Kosik (1976) a dialética considera a história como um processo em que o humano e o universal se apresentam de forma unificada e também de forma particular, com a singularidade de cada sujeito. A historicidade compreende o conjunto sócio histórico, o passado, o presente e futuro, além das condições de vida. A partir dessa leitura de realidade, das aproximações sucessivas, busca-se desvendar o real, para assim poder intervir, atuando sem julgamentos e pré-conceitos determinados.

Pontes (2010, p.70) “a totalidade é uma categoria concreta. É própria da constituição do real. É a essência constitutiva do real, por isso, ontológica.” Com isso, a totalidade compreende a realidade e o todo da vida do sujeito, onde todas as situações vivenciadas são analisadas, para serem compreendidas. Assim:

[...] Na realidade, totalidade não significa todos os fatos: Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda reconhecer a realidade, e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem ainda a totalidade (KOSIK, 1976, p.43-44).

Sendo assim, a totalidade vai se constituindo na realidade, compreendendo os fatos vivenciados. Os acontecimentos políticos, históricos e econômicos, a visão

de homem e de mundo, que interferem direta ou indiretamente na vida dos sujeitos. Estes são objetos de investigação e estudo, para a compreensão do todo, o que contribui para uma prática não imediatista, sem a culpabilização dos usuários, entendendo que o sistema capitalista interfere na vida dos sujeitos, dificultando o acesso a serviços e a melhores condições de vida.

Outra categoria é a contradição, Triviños (2011, p.71) “o materialismo dialético reconhece que a contradição é uma forma universal do ser”. A contradição é uma interação entre os opostos, que influencia no movimento e no desenvolvimento da formação social, exprime a luta dos contrários que estão em interação, na qual um depende do outro. Esta categoria também pode influenciar e mover a sociedade na busca pela transformação da realidade, pela constituição de movimentos de resistência, que são estratégias para resistir e lutar pelos direitos e por uma sociedade sem exploração e dominação.

E, por fim, também insere-se a mediação que constitui os processos concretamente, auxilia a construir intervenções e a compreender a ação que será desenvolvida, contribui na práxis, na relação entre a teoria e a prática. Pontes (2010, p.78) “as mediações são expressões históricas das relações que o homem edificou com a natureza e conseqüentemente das relações sociais daí decorrente, nas várias formações sócio-humanas que a história registrou”.

No Serviço Social, a mediação contribui para a análise teórico-metodológico qualificando o entendimento sobre a execução do trabalho do assistente social. Esta categoria ainda propicia a qualificação profissional e a busca por formas de intervenção e também de compreensão das novas demandas postas pela sociedade. Assim, o assistente social tem na mediação um importante e necessário instrumento, que vai contribuir para a análise e intervenção na realidade.

Estas categorias estão presentes no Trabalho Final de Graduação, que tem como tema a violência contra a criança e o adolescente. O estudo da historicidade na violência possibilitará a compreensão das condições de vida dos usuários, o conjunto sócio-histórico e econômico em que está inserido, o seu passado, para identificar se já houve registro de violência na família. Ou seja, buscar na história, a constituição e a manifestação da violência na família e também na sociedade, para entender a sua essência, e a reprodução deste fenômeno, que está presente na sociedade desde seus primórdios, e passa por transformações no decorrer da história.

A totalidade auxilia na compreensão do todo, na qual nenhum fato é isolado, mas pode influenciar a ocorrência da violência, desde as condições financeiras, o senso comum, a influência da mídia, que contribuem para a reprodução e a banalização da violência. A análise da totalidade em relação à violência contra crianças e adolescentes busca a compreensão de que a violência está presente na sociedade, sendo decorrente de diferentes fatores, como a desresponsabilização do Estado, a falta de políticas públicas eficientes, que respondam as demandas dos sujeitos, que proporcionem o acesso a serviços de qualidade como a saúde e a educação. Assim, a população é vítima do modelo capitalista, da sua exploração e dominação.

Na categoria da totalidade também podem ser incluídos os limites de atuação que se encontram durante a intervenção profissional. Assim, a faixa etária identificada como um dos limites no projeto de intervenção deve ser compreendida para encontrar estratégias de atuação, para alcançar os objetivos propostos atendendo as necessidades dos usuários. O trabalho com crianças têm que compreender o momento de atuação, as dificuldades delas, e principalmente a fase de desenvolvimento em que estas se encontram para adequar a metodologia de intervenção.

A contradição pode ser percebida no fato de o agressor permanecer na família, pois é ele quem os mantém financeiramente, assim a vítima depende deste para ter sua subsistência e, por isso se submete a estas condições. Outra forma é a culpabilização das vítimas, sendo elas responsabilizadas por sofrerem tal violência, pois o adulto detém o poder sobre ela, se considerando com o direito de agredir física ou psicologicamente as crianças e os adolescentes. E também, esta categoria pode estar presente na constituição de movimentos de resistência que lutam contra a violência, pela defesa dos direitos humanos e pela transformação desta triste realidade.

E por fim a mediação, a categoria que auxilia o Assistente Social, a entender e buscar formas para intervir nesta demanda. Com a mediação o profissional analisará a situação com propriedade teórico-metodológica, relacionando a teoria e a prática, entendendo o contexto social e identificando qual instrumento deve ser utilizado, o procedimento que pode ser feito, articulando a rede com outros profissionais especializados. Para melhor intervir, e garantir o acesso a

atendimentos e principalmente aos direitos dos sujeitos envolvidos nas situações de violência.

O uso das categorias do método dialético crítico possibilitam a apreensão da realidade nas diferentes situações sócio-históricas. A correlação da historicidade, da totalidade, da contradição e da mediação serão de suma importância para desvendar o real, e lutar contra o imediatismo e o pragmatismo onde tudo é pronto e acabado, mas entendendo que a realidade é complexa e passa por constantes mudanças, assim como a vida dos usuários. Com esta apropriação crítica e reflexiva as intervenções profissionais terão mais qualidade, e poderão responder efetivamente às demandas postas pela sociedade, enfrentando e prevenindo a ocorrência da violência.

2.2 Tipo de estudo e coleta de dados

Este é um trabalho que buscou interpretar a realidade, por isso, formatou-se um estudo qualitativo. Segundo Minayo (2008) o método qualitativo é aplicado ao estudo da história, das relações, das representações, das opiniões, produto das interpretações dos seres humanos. Sendo assim, o estudo qualitativo é utilizado para analisar o que pensam e como agem as pessoas, como eles interpretam e reagem a determinados assuntos, como neste caso a violência. Destaca-se:

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (RICHARDSON, 2008, p. 80).

Desta forma, a pesquisa qualitativa contribui para a investigação da realidade, e por isso, é necessário olhar para o que está escondido nas estrelinhas, para assim entender e interpretar o objeto de estudo. Afinal, todas as manifestações dos usuários possuem um significado, e merecem ser analisadas, pois, eles também produzem conhecimento, por isso, o pesquisador deve estar atento a todas as

manifestações para poder compreender o objeto de estudo, e identificar novos pontos a serem estudados e analisados.

Desenvolveu-se o estudo por meio de uma pesquisa documental, que utilizou para a coleta de dados os documentos elaborados no estágio em Serviço Social I e II além de materiais bibliográficos sobre os temas relacionados à violência.

A pesquisa documental assemelha-se à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda nenhum tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2007, p.66).

O que diferencia a pesquisa bibliográfica da documental são os materiais pesquisados, pois a pesquisa bibliográfica utiliza-se de fontes secundárias, e a documental utiliza materiais primários.

A principal diferença entre elas decorre da natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica utiliza fontes secundárias, isto é, materiais transcritos de publicações disponíveis na forma de livros, jornais, artigos etc. Por sua vez, a pesquisa documental emprega fontes primárias, assim considerados os materiais compilados pelo próprio autor do trabalho, que ainda não foram objetos de análise, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os propósitos da pesquisa (MARTINS, 2009, p.85).

Sendo assim, nesta pesquisa documental para a coleta de dados utilizou-se os materiais primários elaborados durante o período de estágio como: a análise institucional, os diários de campo, os relatórios de estágio I e II, o projeto de intervenção, além da vivência obtida por meio das oficinas do projeto de intervenção. Assim, para levantamento dos dados do estudo foi necessária a investigação nos documentos de análise e a busca de referências que trabalham esta temática, embasando teoricamente e qualificando esta pesquisa documental. Para isto, também abordaram-se textos de livros e revistas sobre o tema da violência e do Serviço Social, qualificando a discussão.

A partir destes materiais analisou-se a violência contra a criança e o adolescente e a intervenção do Serviço Social, buscando a identificação de possíveis demandas e formas de intervir nesta realidade visando a sua prevenção. Com isso, a análise do projeto de intervenção mostrou uma possibilidade de intervenção trazendo os instrumentais utilizados pelo assistente social, contribuindo

para a identificação dos pontos positivos e negativos, para aprimorar o trabalho desenvolvido. O item seguinte tratará da análise de dados realizada com a análise de conteúdo.

2.3. Análise dos Dados

Por ser um estudo qualitativo por meio de uma pesquisa documental o método para a análise dos documentos escolhido foi à análise de conteúdo, para interpretação do material. Assim:

A análise de conteúdo, expressão genérica que designa o tratamento de dados qualitativos. Trata-se de um conceito historicamente construído para dar resposta teórica metodológicas que se diferencia de outras abordagens (MINAYO, 2008. p. 301).

Desta forma, a análise de conteúdo é utilizada nas investigações sociais, para buscar interpretar a realidade, contida no material escolhido para análise e observações. Porém, deve ser clara, objetiva e crítica para não cair no senso comum e no imediatismo. Dentro da análise de conteúdo será utilizado o método da Minayo (2008). Segundo a autora a análise de conteúdo é dividida em três etapas que são: a pré análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação.

A pré análise consiste na escolha dos documentos que serão analisados e na retomada das hipóteses e dos objetivos iniciais. Esta pré análise ainda é composta de tarefas como a leitura flutuante, a constituição do corpus, e a formulação e reformulação de hipóteses e objetivos. A segunda etapa é a exploração do material que consiste numa operação classificatória que visa alcançar o núcleo de compreensão do texto. E a terceira etapa é o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação, em que o analista realiza interpretações, interrelacionando-as com o quadro teórico desenhado inicialmente abrindo pistas em torno de novas dimensões teóricas e interpretativas sugeridas pela análise do material. Assim, a análise de conteúdo e as suas etapas contribuirão para a compreensão dos dados obtidos e a interpretação da realidade.

A proposta do Trabalho de Final de Graduação com o tema de violência contra crianças, partiu do interesse de analisar as possibilidades de intervenção

junto às diversas formas de representação da violência tão comum e naturalizada na sociedade. Todos os dias ouvem-se notícias sobre a violência em diversos espaços como no trânsito, nos estádios de futebol, nas escolas e também nas famílias. São casos que chocam por um momento, mas que logo caem no esquecimento. A frequência de notícias que envolvem a violência acaba sendo banalizada.

Entende-se que a violência pode ser dependendo de seu processo de constituição uma expressão da questão social, podendo tornar-se objeto de trabalho do assistente social. Portanto há necessidade de aprofundamento da discussão, para buscar formas de prevenir a sua ocorrência, para não haver a sua reprodução. Desta forma, ressaltou-se a importância do desenvolvimento do projeto de intervenção no estágio em Serviço Social no Centro de Formação Tereza Verzeri, localizado na cidade de São Borja-RS, com a temática da violência visto que as crianças constituem-se como vítimas frequentes. Essa experiência pode ser utilizada, para qualificar as atividades e intervenções tanto de futuros estagiários como de profissionais do Serviço Social.

A presente proposta objetivou analisar como se desenvolveu o processo de estágio apontando quais as contribuições do assistente social na questão da prevenção e do enfrentamento da violência contra a criança. Ainda, relatar a experiência do projeto de intervenção para proporcionar discussão e apreensão teórica sobre esta temática. Tornou-se importante avaliar a execução do projeto de intervenção para identificar quais foram as dificuldades e as conquistas encontradas durante a sua execução para que sejam refletidas possibilidades de planejamento e gestão de programas.

Outro ponto importante e que justificou este trabalho é a indicação do instrumental técnico operativo utilizado durante a sua execução, possibilitando a qualificação e o aprimoramento do trabalho do assistente social, visto que, dependendo da temática de intervenção podem ocorrer particularidades. O profissional deve avaliar a sua intervenção para detectar os pontos positivos e negativos, para buscar a melhoria do trabalho desenvolvido e a apreensão da prática profissional do assistente social. Segundo Baptista (2000) a avaliação desvela caminhos que se abrem para a superação não apenas da ação, mas também dos objetivos que foram alcançados, e se houve impacto na vida dos usuários. A partir disso, o profissional pode buscar novas formas de intervenção, para trazer benefícios para as vidas dos usuários.

A articulação dessas experiências e dos instrumentos de trabalho deve propiciar a adaptação destes instrumentos à realidade dos sujeitos. O que permite uma práxis adequada, que possa alcançar os objetivos propostos. O Trabalho Final de Graduação abordou a intervenção do assistente social na questão da violência contra a criança, para analisar este tema que está presente cotidianamente na sociedade sendo em alguns casos naturalizado.

O Código de Ética Profissional do Serviço Social em um de seus princípios ressalta a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e autoritarismo. Assim, o assistente social tem na questão da violência um espaço de intervenção para buscar o seu enfrentamento e a prevenção, lutando pela garantia dos direitos das crianças e pela qualidade de vida destas.

Enfim, este capítulo buscou discorrer sobre o processo metodológico deste trabalho, abordando o método dialético crítico e suas categorias. Além, do tipo de estudo, a pesquisa qualitativa, sendo uma pesquisa documental, com a análise dos dados por meio da análise de conteúdo. O próximo capítulo realiza uma discussão sobre a violência contra a criança e o adolescente e a questão social, trazendo o debate da violência na sociedade e no mundo das crianças e adolescentes.

3. A VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

Este capítulo aborda a questão social e a violência contra criança e o adolescente, ressaltando os seus tipos com destaque para a violência física, psicológica, sexual e a negligência. Além da violência estrutural, que é resultante do modo de produção capitalista, como a falta de acesso a serviços e políticas públicas de qualidade. Há também a violência doméstica que pode ser uma expressão da questão social quando é influenciada pelas condições de vida como a miséria, e o desemprego.

Também se discute a infância e a adolescência no Brasil, os Códigos de Menores de 1927 e 1979, que estabeleciam diferença de tratamento para crianças ricas e pobres. A Constituição Federal de 1988 e o ECA, que passaram a tratá-las como sujeitos de direitos, que precisam de cuidados e proteção. O próximo item abordará a violência e a questão social.

3.1 A violência e a questão social

Neste item, aborda-se o tema da violência contra a criança e o adolescente e a questão social. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Iamamoto (2012) indica que a gênese da questão social encontra-se enraizada na contradição fundamental que demarca esta sociedade, assumindo roupagens distintas em cada época. Dessa forma, a questão social resulta do conflito entre capital e trabalho e se expressa não só pela desigualdade como a pobreza, o desemprego, a miséria, e a violência quando é decorrente deste conflito, mas também pela resistência.

A questão social manifesta-se de diferentes formas em diversos espaços, no decorrer do tempo e com as transformações societárias, sofre metamorfoses atingindo os sujeitos com uma nova roupagem. Desta forma, está presente nas famílias e na sociedade, sendo que cada pessoa encontra uma forma de resistir e enfrentar estas manifestações. Este conflito entre capital e trabalho, as transformações societárias e também a globalização interferem direta ou indiretamente na vida da população, por isso, parte-se do pressuposto de que a

violência pode ser uma expressão da questão social, quando é uma consequência da exploração do trabalho, do desemprego e da fome.

Alguns fatores podem contribuir para ocorrência da violência, um desses fatores é a miséria, a desigualdade, a situação que a família se encontra, mas estas condições de vida não vão determinar se existe ou existirá violência dentro desses lares. Ou seja, esses fatores podem contribuir para sua ocorrência, mas não serão a única e principal causa, já que a pobreza e a miséria não são sinônimos de violência, existindo assim outras situações que influenciam. Destaca-se que:

A miséria, o desemprego e as condições de vida precárias, que são expressões da questão social, influenciam no desencadeamento de maus-tratos, na medida em que muitas vezes as famílias sentem-se pressionadas com a precariedade na satisfação das suas necessidades. Aliado a todas as dificuldades ainda existe o estresse do trabalho doméstico, fator que pode propiciar a agressão. (ARGENTI; SILVEIRA, 2004, p.12).

Assim, diferentes fatores podem influenciar a ocorrência de violência que também é resultante da violência social que as famílias sofrem. Segundo Guerra (2008), a violência é simultaneamente a negação dos valores considerados universais: a liberdade, igualdade, a vida. Por isso, o enfrentamento da questão social e suas manifestações que podem levar a ocorrência da violência tornam-se objeto de trabalho do assistente social, por meio de políticas públicas, de projetos sociais, visando a sua prevenção e a proteção do usuário.

A partir disso, a violência está ligada a sociedade desde seus primórdios até a sociedade capitalista, a exploração do trabalho, que influencia as relações pessoais e sociais dos trabalhadores. Evidencia-se isso por meio, da história, em que as conquistas de novos povos e terras vieram com a violência, com a imposição de uma nova cultura e de um novo pensamento, com o extermínio de povos, com guerras e lutas pelo poder.

[...] à medida que se desenvolvem as forças produtivas e as relações de produção próprias do capitalismo, desenvolvem-se as diversidades e as desigualdades, as formas de alienação, técnicas de dominação e lutas pela emancipação. Aprofundam-se, generalizam-se e multiplicam-se as contradições sociais. No mesmo curso das lutas e das conquistas polarizadas pela democracia e cidadania desenvolvem-se as técnicas de repressão e as formas de tirania (IANNI, 2004, p.170-171).

Sendo assim, a família enfrenta a violência estrutural que é decorrente da sociedade capitalista. Referente à violência estrutural destaca Pedersen e Grossi (2011, p.29) “essa se manifesta na desigualdade, na exploração, nas relações de poder, na precariedade e condições do capitalismo moderno, articulando-se com as formas particulares da violência”. Pode-se considerar que as condições de vida da população sem acesso aos seus direitos, à alimentação, à saúde, ao saneamento básico, à educação, ao lazer são uma expressão da violência que interferem diretamente nas condições de vida da população e expressam a omissão do Estado ao não prestar serviços públicos de qualidade, que respondam as necessidades do cidadão.

Com isso, infelizmente a violência está presente na sociedade, nas relações sociais e familiares. Atualmente pode-se dizer que a violência virou uma questão de saúde pública, pois está presente em todos os lugares, o trânsito tornou-se um exemplo disso, a alta velocidade, a impaciência geram acidentes e brigas entre os motoristas. Outro espaço é a escola onde os alunos agredem uns aos outros e também os professores, até os pais usam da violência para agredirem os filhos e também seus colegas. E ainda a mídia que transmite muitas cenas de violência, no noticiário, nos filmes, nas novelas e também nos desenhos animados. Em relação à televisão Odália (2004, p.58) destaca que “a televisão nossa de cada dia está cheia de violências políticas, que interiorizamos passivamente - também é uma violência- como se o que nos mostra nenhuma relação tem conosco [...]”. Por ser vista como algo natural, por estar tão presente no cotidiano da sociedade, acaba-se por banalizá-la, e vê-la como um instrumento necessário para a resolução dos conflitos e dos problemas sociais.

Como é uma herança histórica traz consigo heranças do passado e absorve questões do presente. É entendida como necessária para manter a “ordem e o progresso”, e também é repudiada por ser algo aterrorizante, que viola os direitos dos sujeitos, além de trazer danos físicos e psicológicos, comprometendo a vida e a dignidade das vítimas. Por isso, é necessária a discussão e a busca pelo seu enfrentamento, promovendo a proteção e o atendimento as vítimas e as famílias, instigando uma nova forma de ver a violência para assim provocar uma nova cultura, e romper com as práticas violentas que permanecem na sociedade apesar de todas as transformações já existentes.

Sobre a violência doméstica, pontua-se que a violência doméstica está presente na sociedade há muito tempo, passando por transformações durante os anos, expressa-se nas famílias em diferentes classes sociais e gêneros.

A violência doméstica contra crianças e adolescentes representa todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e adolescentes que sendo capaz de causar danos físico, sexual e/ou psicológico a vítima implica, de um lado uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e de outro uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (GUERRA, 2008, p.32-33).

Sendo uma violação dos direitos humanos, como o direito a liberdade, a igualdade, a vida, as crianças podem serem tratadas como objetos, onde os adultos têm o poder e o domínio sobre seus filhos, não as reconhecendo como portadores de direitos. Os adultos moldam seus filhos de acordo com sua consciência e interesse, podendo recorrer à violência doméstica como o meio para corrigir e resolver os conflitos familiares.

A violência é classificada em quatro tipos, denominados de: violência física, psicológica, sexual e negligência. Sobre a violência física destaca Faleiros (2007, p.33), “a violência física contra crianças e adolescentes é uma relação social de poder que se manifesta nas marcas que ficam principalmente no corpo, machucando-o, causando-lhe lesões, ferimentos [...]”. Esta se expressa pelas palmadas, pelos castigos corporais que as crianças são submetidas pelos pais e familiares a fim de puni-los e corrigi-los, também é acompanhada da violência psicológica por submetê-lo ao medo e ao terror.

Ainda Faleiros (2007) a violência psicológica é exercida pelas atitudes autoritárias, agressões verbais, chantagens, regras excessivas, ameaças e humilhações. Por não deixar marcas visíveis no corpo, há dificuldades de identificá-la, sendo imperceptível aos olhos, porém deixa marcas profundas que comprometem a vida das crianças e adolescentes, pois causam dor e sofrimento, interferindo nos relacionamentos e na demonstração das emoções.

Em relação à violência sexual Guerra (2008) afirma que se configura como todo ato ou jogo sexual, entre um ou mais adulto e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente estes. A violência sexual ainda se

expressa pelo abuso sexual, exploração comercial, pornografia, turismo sexual e tráfico de pessoas.

Este tipo de violência caracteriza-se como uma violação dos direitos humanos universais e dos direitos peculiares a pessoa em desenvolvimento: direito a integridade física e psicológica, ao respeito, a dignidade ao processo de desenvolvimento físico, psicológico, moral e sexual sadio a proteção integral (FALEIROS, 2007, p.36).

Há também a negligência que Guerra (2008) define como a omissão dos deveres dos pais para com os filhos, como não cuidar da alimentação, da educação, das vestimentas dessas crianças. Assim, a violência física, sexual, psicológica e a negligência podem ocorrer simultaneamente, uma pode ser decorrente da outra. Entende-se que estas comprometem o desenvolvimento psicológico e físico das vítimas, e também contribuem para a criação de um círculo vicioso onde é normal a sua utilização para educar e proteger os filhos.

Por viver em uma sociedade de conflitos, exploração e dominação a violência pode ser expressão da questão social, pois expressa a dominação e o abuso de poder sobre o outro. Em uma sociedade desigual, com alto nível de pobreza e desemprego, as famílias ficam desprotegidas e tem maior probabilidade de recorrerem à utilização da violência para resolverem os conflitos e até para se protegerem. Onde se valoriza o ter do que o ser, onde as pessoas são tratadas como objetos, e incentivadas ao consumismo às relações se fragilizam, podendo influenciar a ocorrência da violência. A violência estrutural resultante do capitalismo, com a falta de condições para se ter uma vida digna, desprotegidos pelo Estado, podem gerar a violência nas famílias e na sociedade, por isso esta pode ser uma expressão da questão quando é decorrente deste modelo de produção capitalista.

3.2 A violência no mundo das crianças e dos adolescentes

No decorrer da história sempre se utilizou a violência como uma prática disciplinadora, por isso os castigos físicos eram considerados naturais. A família seguia e ainda segue este mesmo pensamento. Utilizando-a para a educação dos filhos, reproduzem o que vivenciaram na sua infância. Com isso, a violência torna-se

um círculo vicioso, onde os pais agredem os filhos, que poderão reproduzir as mesmas ações, com a mesma justificativa, a de “educar”.

Com a reprodução desta visão a sociedade pode permanecer com a ideia de que as crianças devem obediência, e para isto os pais devem usar do que for preciso, inclusive a violência, pois isso é comum e aceitável, perante os consensos sociais. Segundo Guerra (2008 p.95) “a autoridade do adulto sobre a criança é pensada como natural e não como social [...]”, por isso, sempre convive-se com o pensamento de que os adultos são autoridade diante das crianças, e que elas devem prestar obediência e respeito, concordando ou não com o que é imposto, isso porque elas não têm direito de opinar sobre as situações e o que querem já que os pais tem o poder sobre seus filhos.

A obediência é um dever da criança para com os pais, pois eles têm autoridade sobre elas, mas não se pode esquecer de que estas possuem direitos que devem ser assegurados e garantidos. As práticas violentas ferem o bem estar, a vida destas que estão em pleno desenvolvimento físico e psicológico. O uso da violência torna-se justificativa para todas as situações de conflitos e para manter o poder sobre ela.

Castiga-se a criança para educá-la; castiga-se porque ela não agiu direito (segundo nossos padrões); castiga-se para dominá-la ou por inúmeras outras causas. [...] tornar-se, porém, difícil definir até onde vai o educativo e onde começa o exagero (BUENO, 2007, p.107).

Assim, a violência não pode ser usada como uma forma de educar, pois com esta justifica muitas são violentadas gravemente chegando à morte, e também geram um consenso na sociedade que a aceita para manter o poder do adulto sobre a criança. Mantendo esta situação, a criança não possui o direito de se opor as decisões da família, deve ser passiva e aceitar todas as imposições. Com esta relação de autoridade que prevalece há muito tempo na sociedade, torna-se difícil a sua superação, já que é de interesse de todos que as crianças e adolescentes permaneçam sem o direito de opinar e de escolher.

Sendo assim, a família que é considerada sagrada, que deve ser um espaço de amor e proteção, reproduz a concepção de disciplina e ordem, e para isso utiliza a violência. Nota-se o mito da sagrada família, pois é vista como um lugar sem conflitos e brigas, mas que esconde sua verdadeira realidade.

Na verdade a família que teria a “função de proteger os seus membros” talvez nunca tenha cumprido esta missão. Outrora, usando meios disciplinadores violentos, hoje meios menos coercitivos, mas também entremeados com violência, ela nos mostra que sua face não é sagrada, mas extremamente cruel (GUERRA, 2008, p.96).

A violência que acontece dentro da família é muitas vezes negada e mantida em sigilo, isso para manter a ideia de que este é um espaço protetor. Evidencia-se que esta é uma construção histórica, cultural e social, fruto de um processo onde a criança não foi vista como um cidadão de direito. Não se tem o objetivo neste trabalho de culpabilizar a família pela violência, mas apenas evidenciar que as práticas violentas sempre estiveram presentes na sociedade, se reproduzindo também na família e em outros espaços como na escola, na rua, na sociedade em geral.

Com isso, percebe-se que a concepção da criança como sujeito de direitos é fruto de um processo histórico de lutas. Já que elas foram consideradas como adultos em miniatura, na qual se comportavam, vestiam-se e eram responsabilizadas como os adultos, mesmo estando em pleno desenvolvimento, construindo sua personalidade.

Durante os anos de 1927 e 1979 as crianças e os adolescentes eram “protegidos” e “regulados” pelo Código de Menores. Segundo Gohn (1997) o Código de Menores baseava-se em pressupostos de um Brasil dual, os órgãos de trato do problema deveriam integrar os menores. Eles estariam em situação irregular, tinham de ser regulados (o menor vadio ou o menor trabalhador). Neste período os adolescentes não possuíam direitos, eram punidos por estarem em “situação irregular”, mas não tinham responsabilidade pelo que acontecia, pois isso era consequência da pobreza, da falta de políticas públicas, e da falta de compromisso do Estado.

Com isso, percebe-se que a criança e o adolescente enfrentavam a violência dentro de casa, mas também a violência do Estado e da sociedade, pois eram rotulados, e não tinham um sistema de proteção, mas sim de punição e controle. Estando submetidos à violência dentro de casa, nas intuições que deveriam proteger, mas que puniam, e também exploravam por meio, do trabalho infantil sem remuneração.

No ano de 1979 é instituído o segundo Código de Menores no Brasil, de acordo com Azambuja (2004) este código reafirmou a discriminação entre as crianças pobres e as ricas, ainda com o pensamento de puni-las. Faleiros (2007) destaca que o código de 1979 tratava a exclusão social como uma patologia, uma doença. Por isso, o trabalho era realizado para respeitar as normas e instituir a ordem, regulando e moldando os sujeitos de acordo com os seus interesses. Com essa visão as crianças não eram respeitadas, e sofriam com a revitimização, sendo culpabilizadas pela situação que se encontravam.

A partir de 1988 com a nova Constituição Federal, as crianças passam a ser vistas como sujeitos de direitos, que devem ser protegidas e respeitadas como tal. Assim, cria-se uma nova concepção sobre a criança e o adolescente sendo necessária uma rede de atendimento para a sua proteção e para a garantia de seus direitos. Esta constituição estabelece:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

No ano de 1990 mais um passo é dado para a proteção das crianças e dos adolescentes, é sancionado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que dispõe sobre a proteção integral destes. Nota-se que avanços foram conquistados, que as crianças passaram a ser vistas como seres que necessitam de proteção, mas as práticas violentas ainda permanecem em atitudes. A infância e adolescência após o Eca recebeu um novo conceito, visando à proteção, e para que isto aconteça são necessários investimentos do poder público.

A nova forma de tratamento à infância e à juventude baseia-se numa rede de atendimento envolvendo Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares, Ministério Público, Varas da Infância e Juventude, Delegacias de Defesa da Criança e do Adolescente, Organizações Não Governamentais (OLIVA; KAUCHAKJE, 2009, p. 23).

Destaca-se também, a criação de políticas públicas, programas e projetos para beneficiá-los e propiciar o desenvolvimento destas crianças e adolescentes.

Contudo, estes projetos também devem ser criados para trabalhar com as famílias questões como a violência, o desemprego, para que estas sejam fortalecidas e busquem a mudança da realidade e a cultura de paz. O assistente social tem em seu instrumental o meio para realizar a prática profissional intervindo na realidade dos usuários. Entretanto, para utilizar os instrumentos adequados, é necessário uma investigação sobre a realidade dos sujeitos, identificando as especificidades de cada situação enfrentada para assim, escolher qual instrumento utilizar para alcançar o objetivo desejado.

Desta forma, a infância no Brasil passou a ganhar notoriedade com a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e o Adolescente com estas legislações ela foi reconhecida como sujeito de direito que merecia cuidados e proteção. Estes sujeitos sempre conviveram com a violência seja pela organização da sociedade capitalista seja pelo que vivenciaram dentro de casa, o abuso de poder e as agressões.

Outro ponto a ser destacado é a violência dentro da escola o denominado Bullying, que se expressa pelas agressões entre os alunos, os apelidos, manifestações de violência física e psicológica. E também a cultura do consumismo onde é necessário seguir padrões de beleza e de vestimentas, o tênis ou a roupa de marca. O não poder ter determinado produto, gera a exclusão e a indiferença entre as crianças e adolescentes, que também podem ser considerados como uma forma de violência. A falta de acesso a serviços e políticas, se tornam uma violência, pois causam constrangimentos e preconceito. Odália (2004, p.87), indica que “quando uma sociedade oferece ao homem aquém do que ela própria é capaz, é uma sociedade violenta e injusta”. Nessa sociedade capitalista sempre haverá sobranças, falta de acesso, pois isso é necessário para sua manutenção. Com isso, convive-se com a violência desde o nascimento seja pela violência estrutural, ou pela violência dentro dos lares, para o seu enfrentamento é necessário entender a organização social, os costumes a história, para assim buscar formas de intervir e mudar a concepção de que a violência é necessária, e também seguindo o Código de Ética do Assistente Social lutar por uma sociedade justa e igualitária, sem exploração e discriminação e também sem violência.

4. O PROCESSO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL JUNTO À TURMA BEM-TI-VI

Este capítulo terá como objeto de estudo o processo de estágio em Serviço Social junto à turma Bem-ti-vi. Para isso aborda-se o espaço sócio-ocupacional, Centro de Formação Tereza Verzeri, que é uma instituição sem fins lucrativos de caráter religioso. Desenvolve a política de assistência social, por meio da realização de suas atividades no turno inverso à escola, que visa complementar as ações escolares. Ainda tem como objetivo fortalecer e formar cidadãos críticos e emancipados, que busquem seus direitos.

Discute-se também a utilização dos instrumentos técnico-operativos utilizados pelo assistente social no processo de estágio. Ainda relatar e analisar como se constituiu o processo de intervenção junto à turma Bem-ti-vi, além dos objetivos propostos pelo projeto, evidenciando se estes foram alcançados. Também serão analisados os limites e as possibilidades encontradas durante a intervenção profissional em relação à violência de crianças e adolescentes. Ressaltando as dificuldades encontradas durante este processo, e as novas possibilidades de intervenção que surgiram, reconhecendo a importância dos conflitos para o amadurecimento profissional.

E por fim, uma avaliação do processo de intervenção, para isso, será destacado o processo de trabalho do assistente social que se dá no cotidiano, e por isso, não há uma receita. Com isso, a qualificação profissional torna-se de suma importância para aprimorar o trabalho desenvolvido, além de um olhar identificando diferentes formas de intervir na violência e nas outras demandas. O próximo item abordará o Centro e Formação Tereza Verzeri como espaço sócio-ocupacional.

4.1 O Centro de Formação Tereza Verzeri enquanto espaço sócio-ocupacional

Segundo o Projeto Pedagógico Social (2007) o Centro de Formação Tereza Verzeri (CFTV) é uma instituição privada de caráter religioso. Faz parte da congregação das Irmãs Filhas do Sagrado Coração de Jesus. Esta congregação foi fundada em Bérghamo, na Itália, no ano de 1831 pelo Monsenhor Giuseppe Benaglio e por Tereza Eustochio Verzeri. Por serem sensíveis às necessidades daquela época, decidiram abrir uma escola para atender meninas, pois já atendiam os meninos

possibilitando, segundo eles, uma formação cristã e humana. Com esta obra de educação para jovens em vulnerabilidade social, o grupo de educadores passou a se constituir em uma comunidade religiosa denominada Filhas do Sagrado Coração de Jesus. As obras desta congregação iniciaram na Itália depois se espalharam pelo mundo chegando ao Rio Grande do Sul, no ano de 1930, na cidade de Três de Maio. O trabalho desenvolvido abrangia a educação e a saúde, depois o atendimento passou a ser realizado em lares para meninas, asilos e projetos sociais.

O Centro de Formação Tereza Verzeri de São Borja, local onde realizou-se Estágio Supervisionado em Serviço Social, foi fundado no ano de 1936, pela Madre Maria Antonia Perini, na Escola Sagrado Coração de Jesus, com o objetivo de cuidar de meninas pobres abandonadas pelos pais. Entre os anos de 1936 a 1986 era denominado Lar da Menina Sagrado Coração de Jesus, sendo um internato para meninas. Em 1987 passou a prestar atendimentos em turno inverso à escola, somente para meninas.

Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) criado em 1990, em 2000 a instituição passou a atender meninos e meninas no turno inverso à escola, propiciando a formação integral e a inclusão social. A partir de então, passou a denominar-se Centro de Formação Tereza Verzeri. O atendimento oferece oficinas e cursos como às relacionadas no quadro abaixo:

Oficinas Centro de Formação Tereza Verzeri	
Apoio Pedagógico	Música Instrumental
Espiritualidade	Ginástica Artística e Olímpica
Artesanato	Coral
Terapia de grupo	Brincarte
Informática Lúdica	Artesanato Produtivo
Inclusão Digital	Debate Jovem
Educação Ambiental	Laboratório de Dança
Dança Gaúcha	Cultura de Paz
Cultura Gaúcha	

FONTE: Projeto Social: Construindo o Mosaico do Saber

Por meio destas oficinas a instituição contribui para o enfrentamento da exclusão social, visando um processo de formação para a cidadania. Mosaico do

Saber (2007) a instituição tem como visão: Ser referência em Gestão Social, de forma sustentável, viabilizando o Compromisso Emancipatório. E como missão: Desenvolver um processo Sócio Educativo promovendo a vida com dignidade para o pleno exercício da Cidadania.

O CFTV desenvolve a política de Assistência Social, oferecendo o serviço de proteção social básica. A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), salienta que o serviço de proteção social básica divide-se em: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAEFI); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. A instituição de acordo com esta tipificação presta o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos:

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo à garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2009, p. 9)

Sendo assim, para atender as legislações, que nascem para organizar e qualificar o serviço prestado, o CFTV busca adequar a sua organização e seus serviços. Além, desta tipificação a instituição também segue os preceitos da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e o Estatuto da criança e do adolescente (ECA). Outro ponto a destacar é a sua participação no Conselho Municipal de Assistência Social, e no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

No entanto, mesmo com estas adequações às legislações vigentes, e a preocupação de estar atento às novas mudanças, percebe-se no trabalho desenvolvido a dualidade entre a concepção de ajuda ao próximo e de desenvolvimento de uma política assistencial que fortaleça e possibilite o acesso aos direitos dos usuários. Esse entendimento está presente nas falas dos diferentes

profissionais da instituição, e pode estar ligado ao fato de ser um espaço religioso que ainda preserva o conservadorismo. Assim:

Nessa compreensão os profissionais terminam por desenvolver sua prática de modo paternalista e burocrático. Ao tratar a população de modo paternalista permanecem reproduzindo a dominação e repassando os serviços como benefícios que o Estado “concede”. Cria-se a dependência e reproduz-se mecanicamente as ações (SPOSATI, 2010, p. 67).

Neste caso, a instituição e alguns dos profissionais reproduzem a ideia de conceder um benefício e uma “ajuda” às famílias pobres, confirmando a visão de bem-estar. Por isso, o trabalho do assistente social é de luta para legitimar a profissão, e tentar mudar esta concepção de bem-estar, que em alguns casos culpabiliza os sujeitos e compromete o trabalho da instituição que visa o exercício da cidadania. Ainda segundo Sposati (2010) romper com o paternalismo e o assistencialismo não é romper com o serviço da instituição, mas com a forma que esta desenvolve suas práticas. E isso pode ocorrer por meio de qualificações, e aprofundamento teórico sobre a assistência social para seus colaboradores, e também sobre o processo de trabalho do assistente social.

O CFTV atende aproximadamente 148 crianças e adolescentes¹, em situação de vulnerabilidade social e em situação de risco², contribuindo para a inclusão e a proteção social. Este trabalho é desenvolvido no turno inverso a escola, por meio de oficinas pedagógicas, lúdicas e culturais, complementando as ações escolares e despertando a descoberta de novos talentos. Além disso, conta com diferentes profissionais como assistente social, psicóloga, nutricionista e educadores sociais.

Para manter a instituição, 30% dos recursos são repassados pela instituição mantenedora a Associação de Literatura e Beneficência fundada em 1932 em Porto Alegre, sendo uma instituição privada sem fins lucrativos de caráter beneficente, educativo cultural, de assistência social e religiosa. O restante vem da elaboração e

¹ Dado obtido por meio da análise institucional de 2011.

² Segundo a PNAS a situação de vulnerabilidade social é decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

aprovação de projetos para captação de recursos que são elaborados pelas assistentes sociais, o que torna esta a principal demanda de trabalho para o Serviço Social na instituição.

O Serviço Social surgiu no CFTV em 2000, para reordenar e qualificar o atendimento aos educandos e às famílias. Sua principal função é a elaboração de projetos sociais para captação de recursos e a gestão da instituição. O profissional também é responsável pela organização das oficinas, controle das chamadas, para verificar a evasão e visitas domiciliares para selecionar novos educandos. Atualmente a instituição possui três assistentes sociais, sendo uma como gestora do CFTV. O próximo item abordará os instrumentos utilizados no processo de trabalho do assistente social na execução do projeto de intervenção.

4.2 Os instrumentos técnico operativos utilizados pelo assistente social no projeto de intervenção

Durante o Estágio Supervisionado I em Serviço Social identificou-se a necessidade de trabalhar o tema da violência, pois diante da análise institucional e observações realizadas durante as oficinas e no intervalo identificou-se que as crianças demonstravam atitudes agressivas³ nas suas brincadeiras e nas conversas entre elas. Por isso, notou-se a necessidade de desenvolver um projeto para discutir a violência trabalhando com os educandos questões sobre a violência prevenindo possíveis situações que venham a acontecer com as crianças.

Sendo assim, o projeto foi realizado com a turma Bem-ti-vi que compreende crianças entre 8 e 9 anos, pois o uso da agressividade e violência prevalecia em suas relações e brincadeiras dentro do CFTV. Assencio Ferreira (2005, p.83) destaca que “bater, ofender, liderar um grupo contra um colega, humilhar ou ignorar são formas agressivas de se comportar [...]”. Durante as observações perceberam-se estas características nas turmas do CFTV, assim a escolhida para realização do projeto foi a Bem-ti-vi, já que a intenção era trabalhar o tema da violência com as crianças. O projeto tinha como propósito prevenir a ocorrência da violência entre os educandos, possibilitando uma convivência harmônica. As atividades do projeto

³Assencio Ferreira (2005, p.83) “o comportamento agressivo caracteriza-se por um impulso destruidor verbal ou físico, contra colegas e professores”.

ocorreram em treze encontros semanais, por meio de oficinas lúdicas⁴ facilitando a interação e comunicação do grupo, além de contribuir com o processo de aprendizagem por meio da criatividade. Nestas oficinas eram discutidos assuntos sobre a violência e também sobre a convivência entre os educandos.

A violência entre os educandos é entendida como uma brincadeira de criança, mas ela pode tornar-se algo perigoso no momento em que as agressões causam ferimentos e constrangimentos. Alguns educandos demonstram comportamentos agressivos, que podem ser reflexo do que vivenciam em casa. Analisando as fichas socioeconômicas percebeu-se que há encaminhamentos para o Conselho Tutelar da cidade devido às agressões dos pais contra os filhos. Estes encaminhamentos foram feitos pela equipe da instituição, especialmente pela assistente social e pela psicóloga.

O projeto visou à discussão da violência, que está presente em diferentes espaços como o CFTV. Desta forma, trabalhou-se a violência dentro da instituição, nas relações de amizades, e também dentro da família, quando esta a utiliza com a intenção de “educar”. Por abordar este tema o projeto foi inserido dentro da Oficina Cultura de Paz⁵, que já era desenvolvida na instituição.

Os atos das crianças podem ser de brincadeira, sem querer machucar, porém podem constranger deixar marcas nas crianças agredidas. Michener (2005, p. 330) “[...] a agressão é qualquer comportamento com intenção de prejudicar outra pessoa e que essa pessoa alvo deseja evitar”. Então, pode ser considerada como o abuso do poder com a intenção de ferir e machucar o outro que não tem como se defender. O ECA em seu art. 7º a criança e o adolescente têm direito a proteção, à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. Por isso, é essencial que se trabalhe com elas, para explicar quais as suas consequências, prevenindo a sua ocorrência dentro da instituição e dos espaços que frequentam instigando uma nova cultura. A violência nas relações entre

⁴Salomão e Martine (2007, p.5) “a proposta do lúdico é promover uma alfabetização significativa na prática educacional, e incorporar o conhecimento através das características do conhecimento do mundo. O lúdico promove o rendimento escolar, além do conhecimento, a fala, o pensamento e o sentimento”.

⁵ A Oficina Cultura de Paz começou a ser desenvolvida em 2010 por uma estagiária de Serviço Social da Unipampa. A partir daí vem sendo desenvolvida no CFTV, por educadores ou estagiários, que trabalham a temática da violência.

crianças e adolescentes também é expressa pelo bullying, que atualmente ganhou espaço de discussão na sociedade. Destaca-se:

Por definição, bullying compreende todas as atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudante contra outro(s), causando dor e angústia, sendo executadas dentro de uma relação desigual de poder (NETO, 2005. p. 165).

Sendo assim, o bullying é expresso pelos apelidos, as humilhações, as agressões físicas e psicológicas repetidamente. Ações estas que prejudicam o rendimento escolar, causam medo, angústia, e em alguns casos depressão. É uma violência, pois estabelece uma relação de abuso de poder sobre a vítima, que não consegue se defender, e por isso sofre repetidamente essa agressão. Ainda é necessária a sua discussão, pois as pessoas entendem o bullying como algo natural que acontece na escola, o que prejudica o seu enfrentamento e prevenção.

Desta forma, o projeto denominado de O fortalecimento de vínculos como uma forma de prevenir a ocorrência da violência entre os educandos do Centro de Formação Tereza Verzeri, teve como objetivo geral: Fortalecer os vínculos entre os educandos da turma Bem-ti-vi do Centro de Formação Tereza Verzeri de São Borja para prevenir a produção e a reprodução da violência. E como objetivos específicos: problematizar a violência entre os educandos da turma Bem-ti-vi, para desenvolver uma cultura de paz; dar visibilidade a violência no Centro de Formação Tereza Verzeri de São Borja e nas famílias, para buscar formas de prevenção e possibilitar o fortalecimento de uma relação harmônica entre os educandos, contribuindo para uma melhor convivência. Os encontros aconteceram semanalmente no turno da manhã.

Para alcançar estes objetivos as oficinas foram realizadas de forma dinâmica e lúdica, já que o público alvo eram crianças. Assim, optou-se enquanto instrumento básico o trabalho com grupo utilizando-se de apresentações com desenhos, contação de histórias, dinâmicas de grupo, confecção de desenhos e cartazes, atendendo as necessidades de cada educando, sendo estes alguns dos instrumentos técnicos operativos utilizados na execução do trabalho.

Sendo assim, na execução do projeto todas as técnicas utilizadas giraram em torno do grupo como instrumento primordial de intervenção. O Serviço Social tem

no grupo um importante instrumento de trabalho, desde seu surgimento quando era desenvolvido o Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, sendo considerado naquela época o principal meio de trabalho da profissão. Destaca-se:

O Serviço Social tem sua história intimamente relacionada com o trabalho em grupos. Os movimentos sociais grupelistas tanto na Europa, como nos Estados Unidos, propiciaram que o Serviço Social buscasse realizar atividades com crianças, jovens, mulheres e homens em centros comunitários ou em movimentos específicos. Foi o primeiro segmento profissional a admitir que os grupos podiam ser orientados de forma que seus integrantes absorvessem as modificações desejadas. E através dos anos, o Serviço Social foi construindo um conhecimento específico de como lidar e intervir com grupos a partir de seu objeto genérico, de sua identidade e de sua especificidade agregando outros conhecimentos ao seu próprio (JACOBY, 2003, p.13-14).

Assim, a utilização do espaço do grupo como instrumento de trabalho do Serviço Social, foi sofrendo modificações, para atender as novas demandas, contribuindo com a reflexão dos usuários e despertando o senso crítico. No grupo estes podem se fortalecer e dividir suas dúvidas e histórias é um espaço de constante troca, no qual o profissional e os sujeitos aprendem com as situações relatadas e vivenciadas, por isso, é um lugar de aprendizado e fortalecimento. O grupo tem a intenção de capacitar os usuários para a participação no processo social e problematizar alguns temas situações como as de violência.

Entretanto, para desenvolver esse processo de fortalecimento e discussão, tendo assim o resultado esperado, segundo CBCISS (1986) os objetivos dos grupos operacionais do Serviço Social de Grupo devem levar em conta: os objetivos do profissional, as necessidades dos membros, e a finalidade do projeto. A partir disso, o assistente social vai direcionar sua prática para encontrar técnicas adequadas a seus objetivos e ao seu público alvo, para desenvolver seu processo de trabalho visando o fortalecimento e a prevenção da violência contra a criança e o adolescente.

Para alcançar o resultado, o assistente social em seu trabalho deve contemplar as três competências da profissão. Souza (2008) destaca a competência ético-política, na qual é necessário ter um pensamento e posicionamento crítico e político frente às demandas que lhe são postas, assumindo valores éticos para sua prática. A competência teórico metodológica, em que se deve ter um conhecimento teórico e metodológico para conhecer a realidade e intervir nela. E por fim, a

dimensão técnico-operativa, pois o assistente social deve conhecer os instrumentos que vão contribuir na sua intervenção com o usuário, para assim responder qualificadamente as suas demandas, articulando seu conhecimento sobre os instrumentos, com o conhecimento teórico, pois não deve tratar as competências de forma fragmentada e isolada.

No projeto de intervenção para o conhecimento e intervenção na realidade dentro do grupo utilizaram-se alguns instrumentos técnico-operativos como: reuniões, trabalhos em grupos essencialmente por meio de oficinas, dinâmicas de grupo, observação sensível e o diário de campo. Souza (2008) pontua que reuniões são encontros em grupos para discutir e refletir sobre um determinado assunto e também tomar decisões. Outro instrumento utilizado foi a dinâmica de grupo que segundo Souza (2008, p.127) “é uma técnica que utiliza jogos, brincadeiras, simulações de determinadas situações, com vistas a permitir que os membros do grupo produzam uma reflexão acerca da temática”. Assim, o assistente social a utiliza para dinamizar as oficinas e as reflexões, facilitando a participação e a interação dos envolvidos. Ainda utiliza-se das dinâmicas para, discutir um tema, trocar ideias e opiniões sobre os assuntos trabalhados e para fazer o fechamento da atividade, promovendo a criatividade e a reflexão sobre a violência ou outros assuntos.

Para execução das atividades profissionais do assistente social, Cardoso (2008, p. 24) ressalta que “a observação sensível tem a qualidade de nos alertar para o sensível no relacionamento com os usuários”. Com isso, podemos perceber os significados da vida do sujeito, suas percepções, o contexto social em que vivem, criando uma relação de confiança. E a partir disso, compreender a realidade, e buscar formas para intervir e possibilitar o acesso aos serviços e aos direitos.

Outro instrumento é o diário de campo Souza (2008) destaca que é composto de anotações, as atividades são descritas e sistematizadas, para depois avaliar o processo e identificar as dificuldades e os avanços. Sendo assim, o assistente social tem nos instrumentos e nas estratégias a possibilidade de interagir, conhecer e intervir na realidade que lhe é posta, e que está em constante mudança. Como os usuários eram crianças também utilizaram-se outras técnicas entre elas estão a contação de histórias, mensagens, confecção de cartazes e desenhos e apresentação de vídeos. Destaca-se:

[...] o lúdico no ensino aprendizagem: facilita a aprendizagem; ajuda no desenvolvimento pessoal, social e cultural; colabora para uma boa saúde mental; [...] facilita o processo de socialização, comunicação construção do conhecimento; propicia uma aprendizagem espontânea e natural; estimula a crítica e a criatividade (SALOMÃO; MARTINI, 2007 p.6)

Desta forma, para qualificar e atender às necessidades dos educandos as atividades eram reformuladas segundo as necessidades comportamentais, como exemplo, cita-se opção das crianças pelo desenho, uma vez que apresentavam dificuldades para falar em público, sendo o desenho uma forma simples e fácil deles se expressarem. O desenho é uma importante ferramenta de trabalho para crianças, por meio dele, elas podem expressar suas opiniões e sentimentos. Assim:

Ao desenhar, a criança parte de imagens mentais e as transforma na linguagem artística do desenho [...] A criança pensa e tem de transformar o pensamento em determinada forma gráfica. Aqui existe a necessidade de habilidades específicas para configurar em pensamento. Como o desenho é uma linguagem e exige determinado vocabulário, o ato de desenhar é produção de conhecimento sobre a linguagem, utilizando certo vocabulário (linha, ponto) (PEREIRA, 2010, p. 18).

Desse modo, entende-se que o desenho é uma produção de conhecimento, no qual a criança transforma seus pensamentos e opiniões em arte, facilitando seu processo de aprendizagem e de comunicação. Por isso, tem-se este como uma ferramenta que contribuiu para a reflexão e a discussão dos temas trabalhados em grupos, como a violência, essas imagens expressam o que a criança vivencia e entende por violência. Por apresentarem dificuldades para falarem em público e até na escrita, o que coloca em discussão a qualidade do ensino público no Brasil, já que crianças de 8 e 9 anos já deveriam saber ler e escrever, o desenho tornou-se uma importante e indispensável técnica para a participação e a apreensão da realidade das crianças.

Isso nos mostra que o profissional deve estar atento às necessidades dos usuários, para modificar sua metodologia de trabalho para assim contemplar os objetivos propostos. A intervenção é feita no dia a dia, e sofre com fatores externos, o alcance dos objetivos não depende somente do profissional, vai além, depende do momento histórico, em que se está intervindo, das situações vivenciadas e também de cada usuário, pois eles têm desejos, anseios, opiniões diferentes, cada um

possui sua singularidade que deve ser respeitada. Para isto o assistente social deve estar atento, com a atitude e o olhar de investigação buscando estratégias de trabalho que facilitem a intervenção e mediem os conflitos existentes dentro do grupo e da instituição. Nesse sentido:

O que seria, então, a propalada atitude investigativa? Remete a uma postura aberta do sujeito para investigar, a permanente curiosidade, expectativa para aprender e entender o inesperado, o acaso, o que extrapola suas referências e o leva a ir além. A atitude investigativa consiste numa postura inquieta e curiosa, por isso é fundamental na bagagem cotidiana do profissional [...] (FRAGA, 2010, p.52).

Com isso, a atitude investigativa possibilita que o profissional desvele a realidade, busque o que está escondido, o que vai além do aparente, a essência da realidade social. Com este olhar o assistente social identificará as particularidades de cada usuário e de cada situação vivenciada. O que lhe auxilia a não reproduzir práticas rotineiras e burocráticas, e a ter condições de identificar seu objeto e desenvolver seu processo de trabalho encontrando estratégias para efetivá-lo e para assim lutar pela garantia dos direitos, pela justiça social e pela equidade. Estando munido de conhecimentos teóricos sobre as competências profissionais, sobre seus instrumentais e técnicas e sobre as legislações como o Código de Ética (1993) e a Lei de regulamentação que orientam o exercício profissional.

Por fim, entende-se que a intervenção profissional deve levar em conta as necessidades e opiniões dos usuários, para conhecer a realidade em que vivem. A partir desse conhecimento se faz necessária a articulação do conhecimento teórico, das competências profissionais, do processo de trabalho e de seus instrumentos. Esta apropriação possibilitará a intervenção e a busca pela transformação dessa realidade. O item seguinte abordará os limites e as possibilidades que se colocam na atuação profissional.

4.3 Limites e possibilidades na atuação contra violência de crianças e adolescentes no projeto de intervenção com a turma Bem-ti-vi

Os limites e possibilidades estão presentes no cotidiano de trabalho dos profissionais. O trabalho do assistente social se constitui na realidade, e por isso não há uma receita, que segue o que está previsto. Na realidade encontram-se

dificuldades que devem ser superadas para alcançar os objetivos, é nesta realidade dinâmica e complexa que se exercem as competências profissionais, além da criatividade e da iniciativa. Com a apropriação teórica, e com um olhar investigativo buscam-se estratégias para superar os desafios, e assim intervir para transformá-la. Destaca-se:

O processo de ação ou intervenção profissional não se modeliza num conjunto de passos preestabelecidos (a chamada receita), exigindo uma profunda capacidade teórica para estabelecer os pressupostos da ação, uma capacidade analítica para entender e explicar as particularidades das conjunturas e situações, uma capacidade de propor alternativas com a participação dos sujeitos na intrincada trama em que se correlacionam as forças sociais e em que se situa, inclusive, o assistente social (FALEIROS, 2011, p. 65).

O processo de trabalho do assistente social permite-nos conhecer a realidade, o objeto de trabalho, interagir com os usuários, os instrumentos e o conhecimento teórico. Este processo vai se construindo em cada demanda, em cada necessidade do usuário. Destaca-se:

O Assistente Social, por meio de seu processo de trabalho, tem como intencionalidade aprofundar estudos sobre elementos que compõem a realidade concreta, analisando como os sujeitos a vivenciam e superam as dificuldades por eles enfrentadas. No desenvolver de seu processo de trabalho, o Assistente Social traz, como um dos elementos importantes de seu desempenho profissional, a intenção da prática, definindo-se pelos objetivos que pretende alcançar na relação estabelecida com os fenômenos sociais (OLIVEIRA, 2012, s.p).

Para isto é necessário que o profissional esteja atento à sua intervenção para reconhecer estes limites e possibilidades a serem trabalhadas pela instituição e pelo assistente social. Com a sensibilidade de ouvir os usuários e suas histórias, para estabelecer uma relação de confiança entre assistente social e usuário, o que possibilita novas demandas a serem descobertas, demandas estas que podem tornar-se seu objeto de trabalho. Também é necessária a participação dos usuários para que possam opinar, destacando o que pode ser aperfeiçoado para melhor entendimento. Este deve ter voz, para assim exercitar sua autonomia e participar do processo de intervenção junto com o profissional.

Diante disso, no processo de estágio e aplicação do projeto de intervenção junto à turma Bem-ti-vi, perceberam-se algumas dificuldades, que se colocaram como limites na atuação profissional. Um desses limites foi a faixa etária dos usuários, que eram crianças de 8 e 9 anos, o que demandou maior atenção nas atividades propostas, pois algumas dessas crianças não sabiam ler, assim era necessário um atendimento mais específico e individualizado. Como eram crianças, talvez o tema da intervenção que era a violência, não despertasse o interesse, necessitando de uma metodologia mais criativa e lúdica, para prender a atenção e provocar o interesse pela atividade,

Também como limites pode-se citar o número de educandos, a turma Bem-ti-vi era composta por 28 crianças, demandando maior atenção no atendimento. Como todos os usuários cada um tem sua história de vida, sua particularidade, esta turma tinha sua especificidade, por isso, era importante compreender a totalidade, a historicidade e a contradição de cada criança. Um dos fatores importantes para compreender a realidade é o perfil dos usuários da instituição⁶. Na qual, 54% dos educandos são do sexo feminino, isso pode ser justificado pelo fato desta ser no seu início um orfanato para meninas, e ter o nome de Lar da Menina, depois de alguns anos ela passa a atender meninas e meninos no turno inverso à escola, mudando sua denominação para Centro de Formação Tereza Verzeri. Outro dado importante é o grau de escolaridade do pai e da mãe que são muito baixos, 48% têm somente o ensino fundamental incompleto, o que repercute na forma de trabalho, que em muitos casos é informal sem vínculo empregatício, evidenciando a precarização do trabalho, a exploração, e a desigualdade social.

Também há o fato de em 88% das famílias a responsável pela criança ser a mãe, em 5% o pai é o responsável, mostrando as novas configurações familiares. Identificou-se que os vínculos familiares são bastante frágeis, muitos educandos não têm contato com o pai ou com a mãe ou nem conhecem seus pais. São situações que podem ou não contribuir para a ocorrência de violência doméstica, ou para a agressividade dos educandos. Em 68% das famílias a renda mensal era de um salário mínimo ou acima de um salário mínimo, sendo que 79% das mães e 69% dos pais se consideravam empregados, porém, desenvolviam atividades informais,

⁶Perfil dos usuários obtido, por meio, da análise das fichas socioeconômicas da instituição, para a elaboração da Análise Institucional no ano de 2011.

como faxineira, pedreiro, catador de materiais recicláveis, o que não garantia uma renda fixa por mês.

Assim, mais um dado importante a ser compreendido é o fato de pelo menos 5 educandos tomarem medicamentos para hiperatividade e déficit de atenção⁷, tendo dificuldade de aprendizagem e, por isso, acabavam sendo rotulados pelos profissionais. Por estes motivos uma das dificuldades era fazer com que todos participassem e interagissem de alguma forma no grupo desenhando, escrevendo ou falando. Para atender às necessidades destes educandos e tornar o seu atendimento mais humano é preciso o empenho dos educadores. Os profissionais devem vê-los como iguais às outras crianças, porém é fato que necessitam de um atendimento diferenciado e mais humano. Para isso

Os professores consideram os saberes de seus alunos, acreditam que todos os indivíduos são capazes de aprender, mas no tempo e do jeito que lhe são próprios, pois cada ser humano é singular. Dessa forma, torna-se fundamental explorar talentos, apostar nas possibilidades, desenvolver predisposições de cada aluno. As dificuldades e limitações são identificadas e reconhecidas, mas não restringem o processo de ensino, como habitualmente acontece (FREITAS, 2008, p.142).

Desta forma, essa nova visão de educação acontecerá com mais atenção dos educadores, com escuta sensível, e principalmente com investimentos na educação e na formação profissional dos educadores para assim poder tornar o atendimento na escola e nos Centros de Formações mais humanizados e qualificados. Efetivando a educação inclusiva e contribuindo para a formação de crianças e adolescentes críticos com uma formação de qualidade.

A partir desses desafios que se colocaram presentes no processo de intervenção pelo Serviço Social, Iamamoto (2012, p.20) destaca que “um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas [...]”. Por isso, o assistente social deve estar atento as manifestações do usuário, para encontrar a metodologia adequada para a intervenção, facilitando o entendimento e a participação. Além disso, precisa conhecer a realidade deles, para entender os motivos que os levam a terem determinadas atitudes, e também como se manifesta

⁷ Segundo Assencio Ferreira (2005, p. 82) crianças hiperativas com atenção prejudicada são aquelas agitadas desatentas, com grande dificuldade de socializarem-se.

a hiperatividade, o déficit de atenção que faziam com que as crianças não prestassem atenção e ficassem bastante agitadas durante as oficinas.

Para superação destes limites foi necessária a mudança da metodologia escolhida. No decorrer da aplicação do projeto e da vida profissional, aperfeiçoa-se a forma de intervir, qualificando o trabalho. Durante a realização das oficinas, as atividades foram reorganizadas sistematicamente para atender às necessidades do profissional e principalmente das crianças. Passou-se a serem contadas histórias para trabalhar assuntos sobre a convivência, atingindo assim o objetivo que era fortalecer os vínculos entre as crianças para prevenir a ocorrência da violência. As histórias contadas prendiam a atenção e tornavam as oficinas mais interessantes para eles.

Em um dos encontros foi contada a O Palhaço e o Nariz, que fala sobre um palhaço muito engraçado, mas que se achava feio por causa do seu nariz, ele queria ter outro nariz, até que um dia um anjinho resolveu dar outro nariz para ele, então foram para o planeta dos narizes, ele escolheu outro nariz e voltaram para a terra. Assim, ele foi fazer o espetáculo, mas ninguém ria com suas brincadeiras, ele ficou triste porque as pessoas não gostaram da nova aparência dele, o anjo o levou novamente para o planeta dos narizes onde escolheu outro, voltando para a terra e para o espetáculo, tudo voltou ao normal, as pessoas e crianças voltaram a rir e se divertir com sua apresentação. O objetivo foi mostrar que aquilo que somos, é mais importante do que temos, que não podemos julgar pela aparência, todos somos diferentes, cada um possui suas qualidades e defeitos, cabe a cada um respeitar o outro. Assim, trabalhou-se sobre a discriminação entre as pessoas, o que contribui para a prevenção da violência, e contra a discriminação por classe social, gênero, etnias, religião, entre outras.

Em outro encontro contou-se a história denominada: Sonhar com um mundo novo. Trata-se da história de um menino que queria um mundo novo, com mais paz, justiça, liberdade, com mais emprego, um lugar sem guerras e violência. A partir disso, foram confeccionados cartazes sobre quais são os anseios e os desejos, com que mundo eles sonham. A partir dos cartazes evidenciou-se que eles visualizam a violência que acontece dentro da família, do CFTV e da sociedade. Eles também expressaram a preocupação com a natureza e o meio ambiente, com a sua preservação. Com esta atividade eles interagiram com os colegas, exerceram a

cooperação entre eles, discutiram sobre a história e compartilharam seus sonhos para colocá-los nos cartazes.

Também em uma das atividades abordou-se a violência, com o título: O que é a violência? Foi feita uma explicação sobre a violência, abordaram-se as atitudes que a expressam dentro da sala de aula, do CFTV e da família. Ao final, foi sugerido para os educandos escreverem sobre as atitudes que expressam a violência, de que forma eles podem agredir os outros, em quais brincadeiras a violência pode estar presente. Assim, fez-se uma reflexão sobre a violência, e elas puderam identificar de que forma a reproduzem, propiciando mudanças no comportamento. Com esta atividade percebeu-se que eles têm consciência de que não devem agredir, humilhar e brigar com os colegas, mas no seu cotidiano a violência está tão presente, que na visão deles torna-se algo necessário para resolver problemas e conflitos.

Ainda foi realizada uma apresentação em power-point com figuras e fotos sobre as formas da violência. Assim, as imagens evidenciaram que a exclusão, as agressões físicas, as fofocas, as humilhações, os xingamentos, são uma forma de agredir as outras pessoas. Com esta atividade eles puderam refletir se sofrem com isso e também se reproduzem estas atitudes, repensando sobre seus atos, e sobre possíveis situações que vivenciam. Uma das educandas durante a apresentação de uma imagem que mostravam a agressão de um pai a um filho disse: “profª, se eu faço algo errado o meu pai tem que me bater, pra mim aprender”. Com isso, evidenciou-se que a agressão de pais a filhos é natural e aceita pela sociedade, como forma de “educar”, isso contribui para sua banalização e também para sua reprodução, pois a educanda entende que isso é normal, e poderá reproduzir com seus colegas, e também com seus filhos. Esta discussão propiciou para as crianças uma nova forma de ver a violência, ressaltando que isso pode ser evitado e que qualquer tipo de violência é uma violação dos direitos humanos, para assim tentar modificar estas atitudes e transformar a realidade.

Para a finalização do projeto foi criado um vídeo com todos os trabalhos feitos pelas crianças, os desenhos e cartazes, e as fotos feitas durante as oficinas. Esta foi uma maneira criativa para a devolução dos resultados, na qual os educandos demonstraram alegria ao ver seus trabalhos em um vídeo, para eles foi divertida esta apresentação. Porém, pensa-se que deveria ter sido feita uma avaliação do projeto pelas crianças, mas em decorrência do tempo isso não foi

possível, este é um fato que deve ser contemplado em outras intervenções, pois se destaca que:

Os processos de monitoramento se constituem [...], num processo de avaliação sistemática e contínua realizada durante a execução do projeto que serve para verificar se o desenvolvimento das atividades está sendo efetivado conforme o planejado, e a partir de então modificar metodologias e, se necessário, realizar adequações, enfim, qualificar um processo em andamento (PRATES; FERNANDES, 2009. p.182).

Assim, entende-se que o monitoramento e a avaliação pelo profissional aconteceram durante as oficinas, o que possibilitou a mudança da metodologia, e a reorganização das atividades. Mas, a avaliação dos educandos não foi possível devido à falta de tempo, percebe-se que esse é um procedimento necessário para os usuários falarem suas opiniões e sugerirem outros temas e atividades. Desta forma, o processo de monitoramento e avaliação contribui para adequar à metodologia, possibilitar a participação e também a identificação de possíveis demandas a serem trabalhadas pelo profissional e outros estagiários.

Esta intervenção tinha o propósito de trabalhar a violência que é um tema tenso e complexo. Há necessidade de reflexões que levem as crianças a terem o entendimento sobre os direitos que devem usufruir, buscando a prevenção de situações de violência que suscitem uma postura diferente nas crianças e adultos frente à violência. Ações como essas evitam brincadeiras agressivas, contribuindo para a produção de uma nova cultura na qual a violência não esteja presente. Despertam-se a discussão e a reflexão sobre esta temática com as crianças, que mesmo sem compreendê-la convivem com ela seja pela televisão, na escola, no CFTV e até na família.

Ao final, os limites encontrados durante a aplicação do projeto de intervenção tornaram-se aprendizados, já que se tentou buscar formas para superá-los e dar andamento à intervenção. Os limites e as dificuldades podem despertar no profissional sua capacidade criativa, o interesse por encontrar novos instrumentos de trabalho, pelo aprimoramento profissional e o interesse por conhecer a realidade dos usuários para compreender sua história de vida.

Durante o processo de estágio também surgiram possibilidades de intervenção, pois as relações sociais são dinâmicas. Como possibilidades destacam-se o trabalho que pode ser realizado com os educadores da instituição para

trabalhar o tema da violência. Assim, a instituição e o assistente social juntamente com outros profissionais especializados podem fazer uma capacitação, discutindo a violência contra a criança e o adolescente, evidenciando os sinais que as crianças demonstram quando estão sofrendo algum tipo de violência. Salientando os locais onde as denúncias devem ser feitas como o Conselho Tutelar e o Disque 100. Também os locais que atendem crianças e adolescentes vítimas de violência como o CREAS, desenvolvendo um trabalho em rede. E esta pode ser uma demanda para o assistente social já que ele também trabalha com a orientação e a informação, para estes buscarem o acesso e a garantia dos seus direitos.

O trabalho em rede pode ser uma estratégia de intervenção, pois possibilita a interação de diferentes profissionais e instituições que trabalham com a proteção social e ainda engloba a participação dos usuários na luta por serviços de qualidade e na garantia dos direitos, fortalecendo o exercício da cidadania. Assim:

No estudo das redes sociais, devem-se levar em consideração as propostas políticas das organizações, das instituições, dos movimentos sociais, dentre outros, pois, nas redes sociais, não estão sendo apenas realizados procedimentos operacionais, mas feitas articulações entre sujeitos sociais que representam produções ideológicas (GUIMARÃES, 2007, p. 45).

Desta forma, o trabalho em rede enriquece o trabalho dos profissionais e das instituições, e conseqüentemente a qualidade dos serviços prestados, pois articula serviços e políticas como a assistência, a educação e a saúde, e instiga o envolvimento dos usuários nos processos da sociedade. Türck (2002) diz que o trabalho em rede traz uma forma diferente de olhar e agir, e uma responsabilidade coletiva da sociedade. Com isso, a união das instituições governamentais e não governamentais potencializa a viabilização da proteção social e da justiça social, enfrentando e resistindo às formas de violência e ao modo de produção capitalista.

Como outra possibilidade, tem-se a oportunidade de trabalhar com as famílias o tema da violência. Problematizando a violência, para que estas entendam que a agressão não deve ser utilizada como uma forma de educar e punir seus filhos pelos atos que cometem. Para Barros e Tieko (2003) esta é a chamada pedagogia da violência em que para os pais, o castigo é uma correção, servindo para ensinar. A intervenção com as famílias poderá suscitar a indignação e a busca pela mudança desta realidade, começando pelas atitudes dentro do seio familiar, prevenindo a sua

ocorrência dentro dos lares. Explicando que as crianças podem reproduzir os atos violentos na escola, com os colegas e amigos, tornando-se um círculo vicioso e natural aos olhos da sociedade.

Destaca-se como outra possibilidade o trabalho com as famílias ao refletir sobre quais são seus direitos e seus deveres para com as crianças e adolescentes e também sobre outras demandas postas por suas necessidades. Neste caso, poderia ser trabalhado o ECA (1990), para sensibilizar os pais e mostrar que eles podem ser responsabilizados por agredirem seus filhos. Há necessidade de visibilidade quanto à responsabilidade do Estado e da sociedade, pois os mesmos têm deveres perante as crianças e os adolescentes. De acordo com o ECA

Art. 4º é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar (BRASIL, 1990).

Referente à instituição seria importante à busca por atendimento especializado aos educandos que sofrem violência, assim como o encaminhamento a outros órgãos que trabalham com esta demanda. A articulação com a rede de serviços do município torna-se necessária e constante. O ECA pontua que

Art. 5º nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990).

Estas são algumas possibilidades de intervenção que surgiram durante o processo de estágio, e contribuiriam para a prevenção da violência, pois a família conheceria seus direitos e deveres e buscaria efetivá-los. Provocaria a reflexão dos usuários de que o ato de agredir tem consequências legais, e principalmente pode afetar o desenvolvimento da criança e do adolescente.

Sendo assim, o processo de estágio e de intervenção é um espaço de ensino aprendizagem, que impulsiona a superação dos limites profissionais e pessoais. Com isso, as dificuldades encontradas contribuíram para a aprendizagem, e estimularam a busca por diferentes atividades, pela reorganização da metodologia

a fim de atender aos anseios dos usuários. A partir da superação e da leitura de realidade, outras possibilidades de intervenção para o assistente social surgiram, o que mostra a capacidade de interpretar o real, e de contribuir com o trabalho da instituição para qualificá-lo. A partir dessa experiência construiu-se um quadro que busca contribuir para o trabalho com grupos de crianças e adolescentes sobre a violência:

Quadro 01: Sistematização de atendimento

Diretrizes	Possibilidades
Acolhimento	Identificação, sigilo, respeito e escuta sensível.
Conhecimento de realidade	Apropriação teórica, atitude investigativa, análise crítica e observação sensível.
Problematização da violência	Dinâmicas de grupo, contação de histórias, confecção de desenhos, atividades lúdicas e brincadeiras.
Socialização dos trabalhos	Apresentações em grupos, confecção de cartazes, criação de vídeos com os trabalhos, teatro e relatórios sociais.
Confiança entre profissional e usuários	Respeito às diferenças, às opiniões dos usuários e sigilo profissional
Criar vínculo de afetividade	Atenção às falas e histórias, e as suas manifestações de afeto.
Avaliação da metodologia	Participação dos usuários para expressarem suas necessidades e quais atividades gostam de fazer.
Monitoramento e avaliação	Relatórios institucionais, retorno aos sujeitos e reformulação de hipótese de intervenção.

Fonte: sistematização da autora.

Este quadro busca contribuir com o trabalho com crianças e adolescentes, traz algumas indicações do que pode ser feito nos grupos com algumas atividades a serem realizadas. Não é uma receita, mas pode ser especificado como uma observação do que foi feito e o que pode ser aperfeiçoado por outros estagiários.

Para o aperfeiçoamento do trabalho profissional e o estabelecimento de suas atividades, a Lei de Regulamentação da Profissão (1993) destaca como competência do assistente social no art. 3º III. Encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população. Entende-se que as atividades desenvolvidas no grupo sobre a violência, contemplaram esta competência, pois foram dadas orientações para a prevenção da violência entre as crianças. Contemplaram um dos princípios do Código de Ética (1993) que diz respeito ao empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças. Este princípio foi trabalhado perante as discussões sobre as diferenças físicas, de religião, e também sobre o preconceito. Isto aconteceu por meio das histórias contadas que já foram relatadas neste trabalho.

No exercício profissional é fundamental a articulação dos conhecimentos com as diretrizes que orientam o trabalho do assistente social, para assim evidenciar as especificidades da profissão e os princípios fundamentais do trabalho. Esta articulação diferencia a prática do Serviço Social de qualquer outra profissão, é o que especifica a importância do trabalho desse profissional na sociedade, tornando-se essencialmente necessário. Depois da problematização dos limites e das possibilidades de atuação do assistente social junto à turma Bem-te-vi, o próximo item trará uma avaliação desse processo.

4.4 Avaliando o processo de intervenção do assistente social frente à violência entre Crianças e adolescentes

O Serviço Social é uma profissão interventiva que tem como objeto de trabalho a questão social e suas manifestações. Atuando nas demandas postas pela sociedade capitalista, dentre estas, considera-se a violência como expressão da questão social, quando é decorrente da exploração do trabalho, do desemprego, sendo uma consequência das condições de vida da população. Sendo assim, o

assistente social trabalha na realidade, diretamente com os usuários, tendo a possibilidade de desvendá-la.

A questão social é oriunda do conflito entre capital e trabalho e se expressa pela desigualdade e pela resistência. A partir disso, expressam-se as manifestações da questão social como a pobreza, o desemprego, a fome entre outras. No período de estágio, identificaram-se algumas destas manifestações já citadas, além disso, o trabalho informal e a precarização do trabalho tem forte presença no cotidiano das famílias inseridas na CFTV. Estas manifestações são expressas como objeto de trabalho do assistente social, uma vez que estão correlacionadas à questão social, portanto, no momento em que chegam à instituição o profissional deve estar atento para enfrentá-las. O Serviço Social tem o compromisso com a população usuária, e por isso, deve encontrar estratégias de ação para superar a desigualdade. O CFTV atende crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, não se detendo efetivamente ao atendimento as famílias, já que trabalha sob a ótica do planejamento e da prevenção. Porém, não deve fechar os olhos para as expressões da questão social que estão dentro do seu espaço. O assistente social é habilitado para identificá-las e para intervir provocando a sua superação, e isso pode se dar por meio do trabalho em rede, fazendo encaminhamentos para outras instituições do município, buscando formas de intervir para garantir o acesso aos direitos, se constituindo em processo de trabalho.

Sendo assim, o processo de trabalho do profissional se dá no cotidiano, por meio dos instrumentos utilizados, de programas e projetos e dos usuários. Neste processo, o assistente social tem conhecimento para buscar a transformação e para garantir o acesso aos direitos, esclarecendo os usuários, propiciando a emancipação e a autonomia. Destaca-se:

O processo de trabalho é configurado por todo fazer profissional que abrange metodologias, utilização do arsenal técnico da profissão, estabelecimentos de diretrizes de ação, de comunicação e de prestação de serviços aos usuários. No processo de trabalho seriam operadas as condições de geração dos produtos do trabalho profissional, portanto seriam gestadas as garantias de acesso aos serviços profissionais, na forma de serviços entendidos como bens próprios e também incorpóreos (GENTILLI, 2006, p.25).

O trabalho do assistente social não pode ser medido quantitativamente, por isso, é difícil especificar o seu resultado, o seu produto. Desta forma, pode-se dizer que o produto do trabalho deste profissional, é a possibilidade de garantir o acesso aos direitos, de promover a autonomia, mesmo em situações que são aparentemente simples, de despertar o senso crítico nos usuários, fornecendo a discussão sobre temas como a violência contra a criança e podendo contribuir para a sua prevenção.

O produto da intervenção com a turma Bem-ti-vi é difícil de ser especificado, pois são discussões que podem fazer diferença agora na infância, na adolescência ou na fase adulta, mas que foi trabalhado, e de alguma forma poderá fazer a diferença nas suas relações. Como resultado percebido durante a execução do projeto, pode-se citar o fato de que a instituição utiliza-se de um caderno denominado de Caderno da Disciplina, no qual são anotadas as brigas nas turmas e o mau comportamento dos educandos. Quando a turma não tem anotações “ruins” ela recebe um sinal verde, e sua foto é colocada no mural da disciplina como um exemplo a ser seguido ao final a turma que tiver mais sinais verdes recebe um prêmio.

Embora, possa ser questionável esse instrumento, tornar-se relevante salientar que durante o período da realização do projeto a turma Bem-ti-vi recebeu o sinal verde e conseqüentemente teve sua foto colocada no mural. Por isso, percebe-se que as oficinas tiveram uma contribuição para esta conquista, já que foram trabalhados temas para possibilitar uma harmonia nas suas relações, durante o projeto esta turma teve uma significativa mudança de comportamento. Considera-se este um dos resultados do trabalho nas oficinas, que refletiu no comportamento destes educandos.

Considerando que estas crianças entraram em contato com uma diferente forma de enxergar a violência, as brincadeiras agressivas e o fato dos pais usarem-na como forma de punição. E que isto provocou a reflexão, a crítica, instigando-os a mudar as atitudes, e provocar na família esta indagação sobre a violência, e talvez a partir disso as atitudes possam mudar, transformando esta realidade.

O processo de trabalho na execução do projeto de intervenção deu-se pela utilização dos instrumentais técnico-operativos, pelo conhecimento técnico e teórico diante do tema da violência contra a criança e o adolescente. Também pelo conhecimento da atuação do assistente social na instituição, das observações

realizadas que instigaram a refletir sobre o trabalho do assistente social, sobre seu objeto de trabalho. Neste espaço, tem-se um processo de ensino aprendizagem, o qual a identidade profissional vai sendo construída, aperfeiçoada, diante das demandas postas pela instituição e pelos usuários, dos conflitos e da relação de poder existentes nos espaços sócio-ocupacionais.

A práxis profissional do assistente social se dá no meio de conflitos e de relações de poder, por isso, tem que se estar qualificado teoricamente para não cair em práticas rotineiras e imediatistas. Além disso, é necessário o comprometimento ético e político com a profissão e com os usuários, para buscar a transformação desta realidade, e lutar por uma sociedade justa e igualitária.

Responder tais requerimentos exige uma ruptura com a atividade burocrática e rotineira, que reduz o trabalho do assistente social a mero emprego, como se esse se limitasse ao cumprimento burocrático do horário, a realização de um leque de tarefas as mais diversa, ao cumprimento de atividades preestabelecidas. Já o exercício profissional que tem competências para propor, para negociar com a instituição os seus projetos para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes possíveis de serem impulsionadas pelo profissional (IAMAMOTO, 2012, p. 21).

Desta forma, é preciso romper com atividades burocráticas e rotineiras, nas quais o profissional tem tarefas pré estabelecidas a serem cumpridas. Em que seu trabalho se resume a conceder benefícios, fazer visita domiciliar, elaborar projetos e fazer seleção de usuários, assim o assistente social torna-se um mero executor de tarefas. Estas são situações que acontecem em diferentes instituições, públicas e privadas, são relações próprias do conflito entre capital e trabalho, rebatendo diretamente no atendimento dos sujeitos.

Para enfrentar esta realidade é importante olhar para os usuários, para as condições de vida, identificando possíveis demandas a serem trabalhadas, não se limitando ao que está pré estabelecido. O enfrentamento destas condições se dará com apropriação teórica, com o posicionamento crítico, mas também propositivo, articulando as competências profissionais, encontrando estratégias de trabalho, que estejam em sintonia com o projeto da profissão.

Dessa forma, o assistente social deve ter em mente as suas competências e atribuições presentes na Lei de Regulamentação da profissão que explicita que

dentre as atribuições privativas estão à coordenação, elaboração e execução de projetos e programas. O que confirma que se tem apropriação e conhecimento para elaborar novos projetos e programas, que contribuem para emancipação humana, para a prevenção da violência, da drogadição, entre outros. Visto que Yamamoto (2012) ressalta que o assistente social é um educador político e social, que está envolvido nesta relação de poder, mas que é neste movimento que surgem novas possibilidades de intervenção.

Sendo uma destas possibilidades a intervenção junto à violência contra a criança e o adolescente. Na qual em seu Código de Ética Profissional de 1993 um dos princípios é a “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo”. Considera-se que a violência é uma violação dos direitos humanos, pois as vítimas sofrem abusos com agressões físicas e psicológicas, e por isso, pode ser objeto de trabalho do Serviço Social, visando à proteção das vítimas, e à sua prevenção.

O processo de trabalho no estágio teve como objetivo a prevenção, trabalhando com as crianças questões sobre a violência, para que estas não a utilizem para resolver seus conflitos. Durante as oficinas identificou-se que elas entendem que não devem fazer uso de atos agressivos, que para viver em harmonia é necessário respeito às diferenças e às opiniões, mas para elas agredir alguém é algo natural, que acontece de forma espontânea. Esta é uma dificuldade a ser modificada, mostrar que não é natural, já que está intrincada nas relações sociais destas crianças, fazendo parte de seu cotidiano.

Com isso, o assistente social é um profissional capacitado para atuar diante desta demanda. Sendo um “educador social e político”, elaborando e implementando políticas públicas para o enfrentamento e a prevenção da violência, que trabalhe com as famílias, com as crianças e com os adolescentes. Também com profissionais como os professores que têm contato direto com estes, para que possam estar atentos aos sinais de violência e encaminhar para atendimento especializado.

O assistente social, para fortalecer a sua atuação, precisa buscar qualificação profissional, conhecimento teórico, para estar apto a intervir nas novas expressões da questão social. Este aprimoramento contribuirá para desvendar o real, buscar instrumentais adequados para os usuários, além de elaborar programas e projetos que possam transformar a vida dos sujeitos, por meio da emancipação e da autonomia.

Com a qualificação profissional, o assistente social terá condições de reforçar a identidade da profissão, reafirmando perante a instituição, aos outros profissionais e aos usuários, seu compromisso com a luta contra a violação dos direitos sociais e humanos, e também suas atribuições e competências. Esta formação continuada proporcionará mais conhecimento, e auxiliará no desvendamento do real, buscando o que está escondido, a essência do seu objeto de trabalho, a essência da violência, de como ela se constituiu na sociedade, para compreender a sua reprodução na atualidade.

O objeto de trabalho do assistente social também é combatido por movimentos de resistência. Assim, ele tem nesses movimentos a possibilidade de lutar contra a violação dos direitos e contra todos os tipos de violência como a violência infantil. O processo de resistência se dá por meio das lutas de movimentos contra a violência, da criação de legislações como o ECA, que preconiza a proteção integral a crianças e adolescentes. A resistência também pode se constituir em políticas públicas que trabalhem na perspectiva de proteger e atender às vítimas como o serviço do CREAS, e por campanhas que incentivem as denúncias como o Disque 100. A partir desta articulação, as reivindicações ganham força, ganham espaço, de discussão na sociedade, assim novas legislações são criadas para atender a necessidade da população, e os sujeitos envolvidos nesse movimento desenvolvem a cidadania e a autonomia.

Enfim, o conhecimento teórico sobre o método dialético crítico e suas categorias, a articulação com as competências profissionais e a qualificação profissional, são requisitos que farão a diferença na atuação do assistente social. Estes conhecimentos articulados auxiliam no desvelamento do real, compreendendo não só o aparente, mas a essência dos processos que envolvem a violência, e as expressões da questão social, para assim buscar formas de intervir e tentar modificar esta realidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, entende-se que o Trabalho Final de Graduação em Serviço Social possibilitou a discussão sobre a violência contra a criança e adolescente e o processo de trabalho do assistente social frente essa demanda. Discutiu-se que a violência é uma violação dos direitos a vida e a dignidade dos sujeitos, que interfere no desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Sendo também uma construção histórica, na qual a conquista de terras e povos aconteceu por meio da violência. Esta sempre foi utilizada para a resolução dos conflitos e para manter a ordem. Uma das suas formas é a violência estrutural, que se expressa pela desigualdade e pelo abuso do poder, as famílias conseqüentemente são vítimas da violência estrutural, que pode influenciar a reprodução da violência nas relações familiares.

Este trabalho foi construído por meio de uma pesquisa documental com análise nos documentos de estágio, assim o estágio representou um importante espaço de desenvolvimento e aprendizado. Nesse processo entra-se em contato diretamente com os usuários e suas demandas, com a articulação dos conhecimentos teóricos e os instrumentais, e a intervenção na realidade.

Com isso, o processo de estágio supervisionado torna-se um espaço de ensino aprendizagem, já que o estagiário tem a oportunidade de desenvolver suas habilidades e competências. Assim, ele tem as condições para desvelar a realidade, identificar possíveis demandas para intervir e contribuir com o trabalho desenvolvido pela instituição, garantindo o acesso dos usuários aos seus direitos.

Desta forma, nesse período desenvolveu-se um projeto para prevenir a ocorrência da violência entre as crianças da turma Bem-ti-vi. Por meio desse projeto, pode-se entrar em contato com os usuários e desenvolver as habilidades do assistente social junto com os instrumentais, e também encontrar estratégias para a superação dos limites e das dificuldades, reorganizar a metodologia para atender as necessidades de cada educando.

A partir dessa análise compreende-se que cada intervenção tem suas particularidades que vão demandar mudanças na execução do projeto, desde as atividades até os assuntos trabalhados, por isso compreende-se que as intervenções são únicas, pois acontecem em momentos históricos diferentes, em instituições variadas e com usuários que são únicos possuindo necessidades e

opiniões diferenciadas. Assim, é necessário estar atento a estas situações para poder mudar a metodologia a qualquer momento respondendo aos anseios e necessidades dos usuários.

A partir do estágio, criou-se o Trabalho Final de Graduação que problematiza e reflete todo o processo. Com ele, discute-se a temática da violência e essencialmente o processo de trabalho do Serviço Social, o que se torna uma contribuição para outros estagiários, e também para a reflexão da intervenção profissional, contribuindo para a construção de novos projetos sobre violência e outras demandas, que podem ser objeto de trabalho dessa profissão. Outro ponto, é o fato de ressaltar os pontos positivos e negativos, fazendo uma avaliação da intervenção, para instigar a busca por novos instrumentos e outras formas de intervir na realidade social. Com essa reflexão novas demandas são identificadas, e o senso crítico é aguçado para a superação das dificuldades e o aperfeiçoamento profissional.

Sendo assim, o processo de estágio, a construção do trabalho final e a avaliação desse processo, contribuirão com a qualificação profissional. O assistente social estará atento a intervenção para aprimorar este processo e não cometer os mesmos erros. É necessário que este seja crítico, propositivo e criativo e com essa avaliação, desenvolverá a criticidade, além da criatividade, pois sempre buscará atender as necessidades dos usuários, conhecendo a realidade de cada um, sua história de vida, para assim compreendê-lo e não culpabilizá-lo.

Pode-se considerar que esse trabalho é uma avaliação da intervenção profissional, uma análise crítica reflexiva sobre o processo de trabalho do assistente social em relação ao trabalho com crianças sobre a violência. Com essa análise relaciona-se a prática aliada com a teoria que se adquiri durante o processo de formação e os instrumentos, desenvolvem-se as habilidades, competências e atitudes, para melhor atender os usuários, e assim se capacitar para o exercício profissional. Reafirmando as competências e as atribuições profissionais, e o compromisso com os usuários, lutando por uma nova cultura e uma nova sociedade, sem dominação, exploração e violência.

REFERÊNCIAS

ARGENTI, Camila Fontoura; SILVEIRA, Esalva Maria Carvalho. “Pais apanham da vida e filhos apanham dos pais”: desvelando as suspeitas de violência contra a criança e o adolescente a partir de experiência de estágio profissionalizante. In: **Textos e Contextos**, v.3, n. 1, 2004. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass>>. Acesso em 05 nov. 2011.

ASSENCIO FERREIRA, Vicente José. **O que todo professor precisa saber sobre neurologia**. São José dos Campos: Pulso, 2005.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. **Violência Sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança?** Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras Editora, 2000.

BARROS, Mari Nilza Ferreira; TIEKO, Vera Lúcia. A interdisciplinaridade como instrumento de inclusão social: desvelando realidades violentas. In: **Revista virtual Textos e Contextos**. N°2, dez. 2003. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass>>. Acesso em: 05 nov.2011.

BRASIL, **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 11abril. 2013.

_____, **Lei nº8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. CRESS, Coletânea de Leis, 2009, p.185-258.

_____, **Lei nº8.662/93 de 07 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão do Assistente Social e dá outras providências. CRESS, Coletânea de Leis, 2009, p.17-25.

_____, **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Resolução CFESS nº273, de 13 de março de 1993. CRESS, Coletânea de Leis, 2009, p.26-38.

_____, **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**, 2004. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20As>>

[sistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUAS-sem%20marca.pdf](#)> Acesso em: 12 nov. 2012.

_____, **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Texto da Resolução N°109, de 11 de novembro de 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/cras/documentos/Tipificacao%20Nacional%20de%20Servicos%20Socioassistenciais.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

BUENO, Alvaro Rodrigues. **Vitimização física**: identificando o fenômeno. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira. Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2007, p.105-113.

CARDOSO, Maria de Fátima M. **Reflexões sobre instrumentais em Serviço Social**: observação sensível, entrevista, relatório, visitas e teorias de base no processo de intervenção social. São Paulo: LCT, 2008.

CBCISS, Centro Brasileiro de Cooperação e Intercambio de Serviços Sociais. **Teorização do Serviço Social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecilia. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 25. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que protege: enfrentando a violência contra a criança e o adolescente**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

FALEIROS, Vicente De Paula. **Estratégias em Serviço Social**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 101, p. 40-64, jan./mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n101/04.pdf>> Acesso em: 01 abril. 2013.

FREITAS, Ana Maria de. **Conviver com a diversidade**: uma experiência possível. In: Experiências Educacionais Inclusivas: direito a diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2008, p.140-144.

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. **Representações e práticas: identidade e processo de trabalho no Serviço Social**. 2. ed . São Paulo: Veras, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed . São Paulo: Atlas, 2007.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Os sem terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 2007.

GRASS, Sonia Maria. **Projeto Social Construindo o Mosaico do Saber Social**. São Borja, 2007.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. 6. ed . São Paulo: Cortez, 2008.

GUIMARÃES, Fabiana Aguiar. **Rede Social e suas Contradições: espaço de disputa ideopolítica**. Porto Alegre: PUCRS, 2007. Disponível em: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=700. Acesso em: 2 abril. 2013

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 22. ed . São Paulo: Cortez, 2012.

IANNI, Octavio. **Capitalismo, violencia e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

JACOBY, Márcia; SPEROTTO, Neila; TURCK, Maria da Graça. **Processo de trabalho do Serviço Social IV**. Canoas: Ed. ULBRA, 2003

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Tradução de Célia Neves e Toríbio. 7. ed . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓFILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed . São Paulo: Atlas, 2009.

MICHENER, H. Andrew; DELAMATER, Daniel J. Myers. **Psicologia Social**. Tradução de Eliane Fittipaldi e Suely Sonoe Murai Cuccio. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

NETO, Aramis A. Lopes. Bullying-comportamento agressivo entre estudantes. **In: Jornal de Pediatria** - Vol. 81, Nº5(Supl), 2005, p.164-172. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jped/v81n5s0/v81n5Sa06.pdf>>. Acesso em: 7 abril. 2013.

ODÁLIA, Nilo. **O que é violência**. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

OLIVA, Jimena Cristina; KAUCHAKJE, Samira. As políticas sociais públicas e os novos sujeitos de direitos: crianças e adolescentes. **In: Revista Katalysis**. v. 12 n. 1 p. 22-31 jan./jun. 2009. Disponível em ><http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis>. Acesso em: 16 de set, 2012.

OLIVEIRA, Jairo da Luz. **O Processo de Trabalho Assistente Social, no Enfrentamento das Expressões da Questão Social**, 2012.

PEDERSEN, Jaina Raqueli; GROSSI, Patricia Krieger. **O abuso sexual intrafamiliar e a violência estrutural**. In: AZAMBUJA, Maria Regina Fay de; FERREIRA, Maria Helena (et al). **Violência Sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011, p.25-34.

PEREIRA, Katia Helena. **Como usar artes visuais na sala de aula**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PONTES, Reinaldo. **Mediação e Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010

PRATES, Jane; FERNANDES, Idília. **Os processos de monitoramento e avaliação e a construção de indicadores**. In: MENDES, Jussara Maria; PRATES, Jane; AGUINSKY, Beatriz G. (orgs). **O sistema único de assistência social: as contribuições a fundamentação e os desafios a implantação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p.179-191.

Projeto Pedagógico Social das Irmãs Filhas do Sagrado Coração de Jesus/ Província da Nossa Senhora Aparecida. Porto Alegre, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed . São Paulo: Atlas, 2008.

SALOMÃO, Herica Aparecida Souza; MARTINI, Marilaine. **A Importância do Lúdico na Educação Infantil**: enfocando a brincadeira e as situações de ensino não direcionado, 2007. Disponível em:<[http: WWW.psocologia.com.pt](http://WWW.psocologia.com.pt).> Acesso em: 30 mar. 2013.

SOUZA, Charles Toniolo de. A prática do assistente social: conhecimentos, instrumentalidade e intervenção profissional. In. **Emancipação**, Ponta Grossa, p.119-132, 2008. Disponível em: www.uepg.br/emacipacao. Acesso em: 12 jan. 2013.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Assistência na trajetória das Políticas Sociais brasileira**: uma questão em análise. 11. ed . São Paulo: Cortez, 2010.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2011.

TÜRCK, Maria da Graça Maurer Gomes. **Rede Interna e Rede Social**: o desafio permanente na teia das relações sociais. 2. ed . Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002.

SÃO BORJA. **Regimento do Centro de Formação Tereza Verzeri**, 2009.